



Portugal Telecom

Relatório e contas consolidadas

Primeiros Nove Meses de 2012

Relatório e contas consolidadas

Primeiros nove meses de 2012

01 Análise dos resultados consolidados	4
02 Evolução dos negócios	17
Portugal	17
Negócios Internacionais	25
Demonstrações financeiras consolidadas	30
Anexos	60
Glossário	63

As designações "PT", "Grupo Portugal Telecom", "Grupo PT", "Grupo" e "Empresa" referem-se ao conjunto das empresas que constituem a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas, consoante o contexto.

Portugal Telecom

Telecomunicações em Portugal

Segmentos de cliente		Receitas (Milhões de euros)
Residencial		534
Pessoal	> PT Comunicações 100%	517
Empresa	> TMN 100%	671
Outros		318

Telecomunicações no Brasil

Segmentos de cliente		Receitas (Milhões reais, 100%)
Residencial		7.385
Pessoal	> Oi 25,6%	6.640
Empresa		6.315
Outros		412

Outros negócios de telecomunicações

			Receitas (Milhões de euros, 100%)
Unitel 25% (a)(b)	> Angola	> Móvel	1.141
CTM 28% (b)	> Macau	> Fixo, móvel	353
MTC 34% (a)	> Namíbia	> Móvel	134
CVT 40% (a)	> Cabo Verde	> Fixo, móvel	59
Timor Telecom 41%	> Timor Leste	> Fixo, móvel	41
CST 51% (a)	> São Tomé e Príncipe	> Fixo, móvel	9

(a) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT. (b) Estas empresas associadas são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

Outros negócios

Serviços de sistemas e TI [PT Sistemas de Informação 100%]; Inovação, investigação e desenvolvimento [PT Inovação 100%];

Serviços administrativos e de gestão partilhada [PT PRO 100%]; Serviços de negociação [PT Compras 100%];

Call centers e serviços de telemarketing [Contax no Brasil 44,4%, PT Contact 100%]

01

Análise dos resultados consolidados

Resultados consolidados

Demonstração dos resultados consolidados ⁽¹⁾	Milhões de euros		
	9M12	9M11	Δ11/12
Receitas operacionais	4.983,9	4.415,8	12,9%
Portugal ⁽²⁾	2.040,2	2.173,6	(6,1%)
Residencial	534,0	510,5	4,6%
Pessoal	517,2	574,8	(10,0%)
Empresas	670,6	737,0	(9,0%)
Serviços a prestadores, outros e eliminações	318,3	351,3	(9,4%)
Brasil - Oi	2.295,5	1.633,7	40,5%
Outros e eliminações	648,2	608,5	6,5%
Custos operacionais ⁽³⁾	3.255,1	2.761,8	17,9%
Custos com pessoal	831,1	743,3	11,8%
Custos diretos dos serviços prestados	828,3	716,2	15,7%
Custos comerciais	413,4	351,4	17,6%
Outros custos operacionais	1.182,3	950,9	24,3%
EBITDA ⁽⁴⁾	1.728,8	1.654,0	4,5%
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	42,7	40,6	5,1%
Amortizações	1.037,7	944,1	9,9%
Resultado operacional ⁽⁵⁾	648,4	669,3	(3,1%)
Outros custos (receitas)	(4,9)	24,3	n.s.
Custos com o prog. de redução de efectivos, líquidos	1,9	6,3	(69,3%)
Menos (mais) valias líq. na alienação de imobilizado	2,1	(0,0)	n.s.
Outros custos (ganhos) líquidos	(8,9)	18,0	n.s.
Resultado antes de resultados fin. e impostos	653,3	645,0	1,3%
Custos (ganhos) financeiros	277,0	116,9	137,0%
Juros suportados (obtidos) líquidos	368,6	199,4	84,8%
Perdas (ganhos) em empresas associadas	(160,4)	(169,1)	(5,1%)
Outros custos (ganhos) financeiros líquidos	68,8	86,5	(20,5%)
Resultado antes de impostos	376,3	528,2	(28,8%)
Imposto sobre o rendimento	(115,7)	(143,9)	(19,6%)
Resultado antes de interesses não controladores	260,6	384,3	(32,2%)
Prejuízos (lucros) atribuíveis a int. não controladores	(71,7)	(82,8)	(13,4%)
Resultado líquido consolidado	188,9	301,5	(37,3%)

(1) No seguimento do investimento estratégico na Oi e na Contax em 28 de março de 2011, a PT consolidou proporcionalmente os resultados destas empresas a partir de 1 de abril de 2011. (2) As operações de telecomunicações em Portugal incluem a rede fixa e a TMN. Esta rubrica inclui o impacto da redução das taxas de terminação móvel (MTR) reguladas. (3) Custos operacionais = despesas com pessoal + custos diretos + custos comerciais + outros custos operacionais. (4) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (5) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos.

Receitas operacionais consolidadas

Nos 9M12, as **receitas operacionais consolidadas** aumentaram 568 milhões de euros para 4.984 (+12,9% face aos 9M11). Este aumento está relacionado com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, já que os resultados destas empresas foram consolidados proporcionalmente apenas a partir de 1 de abril de 2011, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic / GPTI no 1S11, uma vez que este negócio foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e integrado na Contax a partir desta data, no seguimento da conclusão da troca da participação da PT neste negócio por uma participação adicional na Contax. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante total de 802 milhões de euros, e o impacto

01 Análise dos resultados consolidados

da desvalorização do real brasileiro face ao euro (178 milhões de euros), as receitas operacionais consolidadas teriam diminuído apenas 1,3% nos 9M12 face aos 9M11, para 4.226 milhões de euros. Esta diminuição resultou do decréscimo nas receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal (133 milhões de euros), não obstante uma maior contribuição da Oi (27 milhões de euros) e o crescimento nas receitas dos outros negócios internacionais, nomeadamente da Contax (10 milhões de euros), da MTC na Namíbia (16 milhões de euros), da Timor Telecom (7 milhões de euros) e da CVT em Cabo Verde (2 milhões de euros).

Nos 9M12, as [receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal](#) diminuíram 6,1% face aos 9M11 (133 milhões de euros), devido: (1) ao decréscimo nas receitas do segmento Empresas (66 milhões de euros, -9,0% face aos 9M11), impactadas por um corte de custos significativo na administração pública e nas grandes empresas, por uma redução significativa de decisões de investimento em novos projetos pela administração pública e pela pressão ao nível do preço e do consumo quer a nível das PME's como das grandes empresas, e (2) ao decréscimo nas receitas do segmento Pessoal (58 milhões de euros), em resultado de menores receitas de cliente (43 milhões de euros), as quais refletem condições económicas adversas e pressão ao nível do preço devido ao ambiente competitivo agressivo, nomeadamente na voz e na banda larga móvel, e de menores receitas de interligação (14 milhões de euros) no seguimento da descida regulada das tarifas, que diminuíram para 2,77 cêntimos em 7 de maio de 2012, para 2,27 cêntimos em 30 de junho de 2012 e para 1,77 cêntimos em 30 de setembro de 2012. O impacto total direto da regulação nas receitas ascendeu a 23 milhões de euros nos 9M12, incluindo a diminuição das MTRs e a redução dos preços de roaming. Excluindo o impacto da regulação, as receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal teriam decrescido 5,1% face aos 9M11. Os efeitos negativos acima referidos foram parcialmente compensados pelo aumento nas receitas do segmento Residencial, de 510 milhões de euros nos 9M11 para 534 milhões de euros nos 9M12 (+4,6% face aos 9M11). Este sólido crescimento foi impulsionado pelo forte desempenho da oferta triple-play do Meo (voz, banda larga e TV por subscrição), beneficiando do contínuo esforço para transformar a oferta residencial da PT de um legado de voz fixa para uma oferta triple-play, altamente diferenciada e mais competitiva e também mais resiliente face a condições económicas adversas. Nos 9M12, as receitas não voz em Portugal representaram 50,8% das receitas de serviço, tendo aumentado 4,7pp face ao mesmo período do ano anterior. A transformação do portfólio de produtos e serviços que a PT disponibiliza aos seus clientes e as consequentes alterações no mix de receitas está a tornar o seu desempenho mais resiliente e previsível. As receitas dos outros negócios de telecomunicações em Portugal, incluindo as receitas de oferta grossista (wholesale), diminuíram 9,4% nos 9M12 face aos 9M11 (33 milhões de euros), consequência de uma diminuição no número de acessos e nas receitas de tráfego, de uma diminuição das receitas de postos públicos (2 milhões de euros) e de menores receitas no negócio de listas telefónicas (9 milhões de euros). À data de 30 de setembro de 2012, a PT detinha uma posição financeira de 25% no negócio de listas telefónicas, o qual era gerido pela Truvo.

Nos 9M12, as [receitas da Oi](#) ascenderam a 2.296 milhões de euros (5.637 milhões de reais), o que compara com 1.634 milhões de euros nos 9M11. Este aumento reflete o efeito da consolidação proporcional no 1T12 (788 milhões de euros), parcialmente compensado pelo impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro (154 milhões de euros). Excluindo estes efeitos, a contribuição da Oi para as receitas operacionais consolidadas da PT nos 9M12 teria aumentado 27 milhões de euros face aos 9M11, para 1.661 milhões de euros. Este desempenho é explicado por um aumento das vendas e das outras receitas operacionais (63 milhões de euros), parcialmente compensado por menores receitas de serviço (36 milhões de euros). A diminuição das receitas de serviço é explicada por menores receitas no segmento Residencial, principalmente devido à redução nas receitas de voz fixa e não obstante a contribuição positiva das receitas de banda larga e de televisão por subscrição nos últimos trimestres, parcialmente compensadas pelo aumento das receitas de mobilidade pessoal, alavancadas no aumento das receitas com mensalidades, sustentadas pelo crescimento de clientes pós-pago, e pelo aumento das receitas de

01 Análise dos resultados consolidados

tráfego e de serviços 3G. As receitas da Oi foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, refletindo a participação direta e indireta de 25,6% que a PT detém na Telemar Participações, acionista controlador do Grupo Oi.

As **outras receitas**, incluindo as eliminações intragrupo, aumentaram 6,5% nos 9M12 face aos 9M11 para 648 milhões de euros, incluindo o impacto da consolidação proporcional da Contax no 1T12 (148 milhões de euros), negócio que foi consolidado proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic / GPTI no 1S11 (134 milhões de euros), negócio que foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e integrado na Contax a partir de 1 de julho de 2011. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, as outras receitas teriam aumentado 25 milhões de euros, refletindo os aumentos de 21,3% e 13,8% nos 9M12 face aos 9M11 nas receitas da Timor Telecom e MTC, respetivamente.

A contribuição dos ativos internacionais, consolidados integral e proporcionalmente, para as receitas operacionais foi de 58,5% nos 9M12, enquanto o Brasil representou 53,4%.

Custos Operacionais Consolidados (excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações)

Os **custos operacionais consolidados**, excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações, aumentaram 493 milhões de euros (+17,9%) para 3.255 milhões de euros nos 9M12, face a 2.762 milhões de euros nos 9M11. Este aumento está relacionado essencialmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, uma vez que os resultados destes negócios foram consolidados proporcionalmente apenas a partir de 1 de abril de 2011, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic/GPTI no 1S11, uma vez que este negócio foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e subsequentemente integrado na Contax em resultado da troca do investimento da PT neste negócio por uma participação adicional na Contax. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante total de 562 milhões de euros, os custos operacionais consolidados teriam diminuído 2,6% face aos 9M11 (68 milhões de euros) para 2.560 milhões de euros nos 9M12, essencialmente em resultado de: (1) uma redução de 4,8% nos negócios de telecomunicações em Portugal (56 milhões de euros), refletindo uma política de corte de custos e menores custos diretos em resultado da diminuição das receitas operacionais; e (2) uma menor contribuição da Oi (24 milhões de euros), refletindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (108 milhões de euros), o qual mais do que compensou aumentos nos fornecimentos e serviços externos, custos com o pessoal e custos comerciais. Estas menores contribuições dos negócios de telecomunicações em Portugal e no Brasil mais do que compensaram um aumento nos custos operacionais dos negócios em África, nomeadamente a Cabo Verde Telecom e a MTC.

Os **custos com pessoal** aumentaram 88 milhões de euros (+11,8%) para 831 milhões de euros nos 9M12, face a 743 milhões de euros nos 9M11. Este aumento está relacionado essencialmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic/GPTI no 1S11. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante total de 84 milhões de euros, os custos com o pessoal teriam aumentado 0,6% (4 milhões de euros) para 643 milhões de euros nos 9M12, face ao mesmo período do ano passado, refletindo uma maior contribuição da Oi (12 milhões de euros), em resultado do aumento do número de empregados e de uma reorganização para criar novas estruturas comerciais regionais, integradas na estratégia de melhoria do desempenho operacional regional, efeitos parcialmente compensados pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro. A menor contribuição da Oi foi compensada pela redução de 3,7% (7 milhões de euros) nos negócios de telecomunicações em Portugal, explicada por menores remunerações variáveis e em horário extraordinário, melhores níveis de eficiência em determinados processos internos e menores custos com pessoal em resultado do plano

01 Análise dos resultados consolidados

de reestruturação implementado no 4T11. Os custos com pessoal representaram 16,7% das receitas operacionais consolidadas nos 9M12.

Os **custos diretos** aumentaram 112 milhões de euros (+15,7%) para 828 milhões de euros nos 9M12, face a igual período do ano anterior, refletindo essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, no montante de 177 milhões de euros. Excluindo este efeito, os custos diretos teriam diminuído 9,0% (65 milhões de euros) para 651 milhões de euros nos 9M12, face a igual período do ano anterior, essencialmente devido a: (1) uma redução nos negócios de telecomunicações em Portugal (17 milhões de euros), em resultado de menores custos de tráfego na TMN, explicados pelo impacto da redução nas Tarifas de Terminação Móvel reguladas e por menores custos de interligação de roaming, menores custos relacionados com o negócio das listas telefónicas e menores custos associados à prestação de serviços de rede às escolas; e (2) uma menor contribuição da Oi (43 milhões de euros), refletindo essencialmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (32 milhões de euros) e também uma redução nos custos de interligação explicada por menores tarifas VU-M. Os custos diretos representaram 16,6% das receitas operacionais consolidadas nos 9M12.

Os **custos comerciais**, os quais incluem custos das mercadorias vendidas, comissões e despesas com marketing e publicidade, aumentaram 62 milhões de euros (+17,6%) para 413 milhões de euros nos 9M12, face a igual período do ano anterior, refletindo essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, no montante de 39 milhões de euros. Excluindo este efeito, os custos comerciais teriam aumentado 6,5% (23 milhões de euros) para 374 milhões de euros nos 9M12, face a igual período do ano anterior, devido principalmente a uma maior contribuição da Oi (16 milhões de euros), refletindo aumentos no custo das mercadorias vendidas e nas comissões, explicados por uma atividade comercial mais intensa em 2012, traduzida nomeadamente em maiores vendas, e não obstante o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (12 milhões de euros). Este efeito foi parcialmente compensado pela redução nos negócios de telecomunicações em Portugal (7 milhões de euros), refletindo uma redução nas comissões e despesas com marketing e publicidade, a qual mais do que compensou um aumento no custo das mercadorias vendidas. Os custos comerciais representaram 8,3% das receitas operacionais consolidadas nos 9M12.

Os **outros custos operacionais**, os quais incluem essencialmente serviços de suporte, fornecimentos e serviços externos, impostos indiretos e provisões, aumentaram 231 milhões de euros nos 9M12 para 1.182 milhões de euros, face a 951 milhões de euros nos 9M11, refletindo essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic/GPTI no 1S11. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante total de 261 milhões de euros, os outros custos operacionais teriam diminuído 3,2% (30 milhões de euros) para 891 milhões de euros nos 9M12, face a igual período do ano anterior, basicamente devido a: (1) uma menor contribuição dos negócios de telecomunicações em Portugal (26 milhões de euros), refletindo essencialmente menores despesas com manutenção e reparação, serviços de suporte e outros serviços externos, os quais beneficiaram da implementação da rede FTTH da PT e de um extenso programa de transformação de *filed force*; e (2) uma menor contribuição da Oi (9 milhões de euros), refletindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (52 milhões de euros) e menores provisões para cobranças duvidosas, efeitos que mais do que compensaram aumentos nos custos com serviços externos e impostos indiretos.

EBITDA

Nos 9M12, o **EBITDA** aumentou 75 milhões de euros para 1.729 milhões de euros (+4,5% face aos 9M11). Este aumento está relacionado com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, uma vez que os resultados destas empresas foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic / GPTI no 1S11, negócio que foi consolidado integralmente

01 Análise dos resultados consolidados

até 30 de junho de 2011 e integrado na Contax a partir dessa data, no seguimento do processo de troca da participação da PT neste negócio por uma participação adicional na Contax. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação (240 milhões de euros) e o impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro (49 milhões de euros), o EBITDA teria decrescido 7,0% nos 9M12 face aos 9M11, para 1.537 milhões de euros. O desempenho do EBITDA no período foi impactado por: (1) uma menor contribuição dos negócios de telecomunicações em Portugal (77 milhões de euros), em consequência da diminuição das receitas (133 milhões de euros) e não obstante a redução de 4,8% nos 9M12 face aos 9M11 nos custos operacionais excluindo amortizações e PRBs, explicada pelo foco contínuo na redução de custos e na melhoria na margem bruta do segmento Residencial nos 9M12, e (2) uma menor contribuição da Oi (56 milhões de euros), refletindo principalmente a diminuição nas receitas de serviço e um aumento dos serviços de terceiros, efeitos parcialmente compensados por um aumento nas outras receitas operacionais e nas vendas. As menores contribuições dos negócios de telecomunicações em Portugal e no Brasil foram parcialmente compensadas por uma maior contribuição das outras operações internacionais.

EBITDA por segmento de negócio ⁽¹⁾	Milhões de euros		
	9M12	9M11	Δ11/12
Portugal	916,0	992,9	(7,7%)
Brasil - Oi	687,0	562,3	22,2%
Outros	125,8	98,9	27,2%
EBITDA	1.728,8	1.654,0	4,5%
Margem EBITDA (%)	34,7	37,5	(2,8pp)

(1) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações.

O **EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal** ascendeu a 916 milhões de euros nos 9M12 (-7,7% face aos 9M11), equivalente a uma margem de 44,9%, em resultado da diminuição das receitas de serviço (139 milhões de euros), as quais têm uma maior alavancagem operacional. As receitas de serviço menos os custos diretos diminuíram 122 milhões de euros, enquanto o EBITDA diminuiu apenas 77 milhões de euros, em resultado do foco resiliente em corte de custos e na rentabilidade das operações. Os custos operacionais diminuíram 4,8% nos 9M12 face aos 9M11 devido: (1) ao facto do serviço de TV por subscrição ter atingido massa crítica; (2) aos menores custos de tráfego na TMN, refletindo a redução das taxas de terminação móvel (MTR) reguladas e menores custos de interligação em roaming; (3) à implementação da rede de fibra, cuja qualidade de serviço superior implica menor suporte ao cliente e menores custos com manutenção de rede, e (4) aos menores custos comerciais, cuja diminuição mais do que compensou o aumento do custo das mercadorias vendidas devido ao aumento nas vendas de smartphones.

Nos 9M12, o **EBITDA da Oi** ascendeu a 687 milhões de euros (1.687 milhões de reais), correspondente a uma margem EBITDA de 29,9%, o que compara com a contribuição de 562 milhões de euros para o EBITDA consolidado dos 9M11. Este aumento reflete o efeito da consolidação proporcional no 1T12 (227 milhões de euros), parcialmente compensado pelo impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro (46 milhões de euros). Excluindo estes efeitos, a contribuição da Oi para o EBITDA consolidado da PT teria diminuído 56 milhões de euros face aos 9M11, refletindo a diminuição nas receitas de serviço e o aumento nos custos com serviços de terceiros, não obstante o aumento nas vendas e nas outras receitas operacionais. O EBITDA da Oi foi proporcionalmente consolidado a partir de 1 de abril de 2011, refletindo a participação direta e indireta de 25,6% que a PT detém na Telemar Participações, acionista controlador do Grupo Oi.

01 Análise dos resultados consolidados

O **EBITDA dos outros negócios** aumentou 27,2% nos 9M12 face aos 9M11, para 126 milhões de euros, principalmente devido: (1) ao impacto da consolidação proporcional da Contax no 1T12 (14 milhões de euros), e (2) aos aumentos de 26,9% e 7,8% face aos 9M11 no EBITDA da Timor Telecom e da MTC, respetivamente.

Os ativos internacionais, consolidados integral e proporcionalmente, representaram 50,1% do EBITDA da PT nos 9M12. Os negócios no Brasil representaram 42,6% do EBITDA nesse período e os negócios africanos, consolidados integralmente, representaram 6,0%.

Resultado líquido

Os **custos com benefícios de reforma** aumentaram para 43 milhões de euros nos 9M12 face a 41 milhões de euros nos 9M11, refletindo essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi no 1T12 (1,5 milhões de euros), a qual foi consolidada apenas a partir de 1 de abril de 2011.

As **amortizações e depreciações** aumentaram 9,9% nos 9M12 face aos 9M11, para 1.038 milhões de euros, um aumento de 94 milhões de euros que reflete principalmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12 (161 milhões de euros). Excluindo este efeito e a contribuição da Dedic / GPTI no 1S11, as amortizações e depreciações teriam diminuído 6,3% nos 9M12, devido a menores contributos: (1) dos negócios de telecomunicações em Portugal (9 milhões de euros), e (2) da Oi (61 milhões de euros), incluindo o impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro (29 milhões de euros).

Os **outros custos (ganhos) líquidos** registaram um ganho de 9 milhões de euros nos 9M12 face a um custo de 18 milhões de euros nos 9M11, refletindo principalmente a compensação líquida estimada a receber pela PT por custos suportados em anos anteriores com o serviço universal nos termos do Acordo de Concessão, efeito parcialmente compensado por certas provisões e ajustamentos não recorrentes e incluindo o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12.

Os **juros líquidos suportados** aumentaram para 369 milhões de euros nos 9M12 face a 199 milhões de euros nos 9M11, refletindo principalmente o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e das holdings brasileiras no 1T12 (66 milhões de euros), as quais foram consolidadas proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011. Excluindo este efeito, as despesas com juros líquidos teriam ascendido a 302 milhões de euros nos 9M12, um aumento de 103 milhões de euros face aos 9M11, em resultado: (1) dos juros obtidos no 1T11, no montante de 51 milhões de euros, relativamente aos depósitos em reais que foram utilizados para pagar os investimentos estratégicos na Oi e na Contax em 28 de março de 2011, e (2) de uma maior contribuição da Oi, da Contax e das holdings brasileiras (36 milhões de euros), refletindo o impacto do aumento da dívida líquida média da Oi, parcialmente compensado pelo efeito da desvalorização do real brasileiro face ao euro. O aumento da dívida líquida da Oi é explicado, maioritariamente, pelo pagamento dos dividendos em maio e agosto de 2012 e pelos montantes pagos aos acionistas não controladores em abril de 2012 relativos à conclusão do processo de simplificação societária. O custo médio da dívida líquida dos negócios em Portugal foi de 4,2% nos 9M12, o que compara com 3,4% nos 9M11, um aumento explicado pelo ganho com juros registado nos 9M11 referente à prestação recebida da Telefónica relativa à transação da Vivo.

Os **ganhos em empresas associadas** ascenderam a 160 milhões de euros nos 9M12, o que compara com 169 milhões de euros nos 9M11. Nos 9M11, esta rubrica inclui um ganho de 38 milhões de euros relativo à alienação da

01 Análise dos resultados consolidados

participação na UOL, pelo montante total de 156 milhões de euros. Excluindo este efeito, os ganhos em empresas associadas teriam aumentado de 131 milhões de euros nos 9M11 para 160 milhões de euros nos 9M12.

Os outros custos financeiros líquidos, que incluem perdas cambiais líquidas, perdas líquidas em ativos financeiros e outras despesas financeiras líquidas, diminuíram de 87 milhões de euros nos 9M11 para 69 milhões de euros nos 9M12, refletindo principalmente maiores perdas cambiais líquidas nos negócios em Portugal e na Oi nos 9M11, devido ao impacto da desvalorização significativa do dólar face ao euro nos 9M11 sobre os ativos denominados em dólares e ao impacto da desvalorização do dólar face ao real brasileiro na dívida líquida da Oi denominada em dólares, respetivamente. Adicionalmente, o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores no 1T12 (15 milhões de euros) foi compensado pelos impostos suportados no Brasil no 1T11 (14 milhões de euros), relacionados com a transferência de fundos para o investimento na Oi.

O imposto sobre o rendimento diminuiu para 116 milhões de euros nos 9M12, face a 144 milhões de euros nos 9M11, correspondendo a uma taxa efetiva de imposto de 30,8% e de 27,2%, respetivamente. Esta redução reflete, principalmente, o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, o qual representa um ganho de imposto sobre o rendimento de 13 milhões de euros, e a diminuição nos resultados antes de impostos dos negócios em Portugal.

Os lucros atribuíveis a interesses não controladores ascenderam a 72 milhões de euros nos 9M12, incluindo o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12 (3 milhões de euros). Excluindo este efeito, os lucros atribuíveis a interesses não controladores teriam ascendido a 68 milhões de euros nos 9M12, o que compara com 83 milhões de euros nos 9M11, refletindo menores lucros atribuíveis a interesses não controladores da Oi (24 milhões de euros), em resultado da conclusão do processo de simplificação societária em março de 2012, parcialmente compensado por um aumento nos lucros atribuíveis a interesses não controladores dos negócios em África (5 milhões de euros).

O resultado líquido ascendeu a 189 milhões de euros nos 9M12, face a 301 milhões de euros nos 9M11. Esta diminuição é explicada, principalmente, por: (1) um ganho de 38 milhões de euros registado no 1T11 relacionado com a conclusão do processo de venda da participação na UOL, e (2) um aumento dos juros suportados relacionado, maioritariamente, com o aumento da dívida líquida média da Oi e com o ganho de 51 milhões de euros de juros obtidos, registado no 1T11, relativamente aos depósitos em reais que foram utilizados para pagar o investimento na Oi e na Contax em 28 de março de 2011.

Capex

O capex ascendeu a 890 milhões de euros nos 9M12, equivalente a 17,9% das receitas e a um aumento de 186 milhões de euros face a 704 milhões de euros nos 9M11. Este aumento está relacionado essencialmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no 1T12, efeito parcialmente compensado pela contribuição da Dedic / GPTI no 1S11, negócio que foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e integrada na Contax a partir dessa data. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, no montante total de 117 milhões de euros, o capex teria aumentado 10,0% nos 9M12 face aos 9M11, para 764 milhões de euros, em resultado: (1) do aumento do capex da Oi (80 milhões de euros), parcialmente compensado pelo impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro, e (2) da maior contribuição de alguns negócios internacionais, nomeadamente da MTC (18 milhões de euros), refletindo os investimentos realizados num cabo submarino em África e na rede 4G, e da CVT (5 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados

01 Análise dos resultados consolidados

pela redução do capex nos negócios de telecomunicações em Portugal (30 milhões de euros), o qual ascendeu a 370 milhões de euros nos 9M12.

Capex por segmento de negócio	Milhões de euros		
	9M12	9M11	Δ11/12
Portugal	370,4	400,5	(7,5%)
Brasil - Oi ⁽¹⁾	423,5	223,2	89,7%
Outros	96,3	80,1	20,2%
Capex total	890,2	703,8	26,5%
Capex em % das receitas operacionais	17,9	15,9	1,9pp

(1) O capex da Oi exclui a aquisição das licenças 4G nos 9M12 pelo valor total de 400 milhões de reais, equivalente a 42 milhões de euros consolidados proporcionalmente pela PT.

Nos 9M12, o capex dos negócios de telecomunicações em Portugal diminuiu 7,5% face aos 9M11, para 370 milhões de euros. O desempenho do capex refletiu o forte investimento realizado nos últimos anos, nomeadamente no período 2008-2011, na implementação da rede FTTH, na modernização da rede 2G já adaptada para 4G LTE e no reforço da cobertura e capacidade da rede 3G e 3,5G, levando agora a uma diminuição do capex em tecnologia, não obstante o investimento na implementação da rede 4G LTE. A PT tem vindo a reforçar a sua capacidade de dados móvel e a sua qualidade de rede, aproveitando a atual rede FTTH para aumentar a qualidade da sua rede móvel e liderar a implementação de 4G no mercado Português. Desde abril de 2012, a PT detém um nível de cobertura da rede 4G de 80% e pretende atingir 90% no final de 2012.

Nos 9M12, o capex da Oi ascendeu a 423 milhões de euros (1.040 milhões de reais), o que compara com 223 milhões de euros nos 9M11. Este aumento reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi no 1T12 (121 milhões de euros), efeito parcialmente compensado pela desvalorização do real brasileiro face ao euro (29 milhões de euros). Excluindo estes efeitos, a contribuição da Oi para o capex consolidado da PT teria aumentado 108 milhões de euros nos 9M12, quando comparado com os 9M11, principalmente devido aos investimentos realizados nos 9M12 na expansão da rede de banda larga e na cobertura da rede 3G.

Nos 9M12, o capex dos outros negócios aumentou para 96 milhões de euros face a 80 milhões de euros nos 9M11. Este desempenho é explicado, principalmente, pelo: (1) impacto da consolidação proporcional da Contax no 1T12 (5 milhões de euros), e (2) pelo aumento do capex na MTC (17 milhões de euros), refletindo os investimentos realizados num cabo submarino em África e na rede 4G.

Cash Flow

O cash flow operacional decresceu para 617 milhões de euros nos 9M12, face a 894 milhões de euros nos 9M11, em resultado da diminuição de 112 milhões de euros no EBITDA menos Capex (67 milhões de euros excluindo a Oi e a Contax) e do aumento de 167 milhões de euros no investimento em fundo de maneio (140 milhões de euros excluindo a Oi e a Contax, refletindo a redução não recorrente do ciclo de pagamentos a certos fornecedores realizada no 4T10 que conduziu a um menor investimento em fundo de maneio em 2011). No 3T12, quer os negócios de telecomunicações em Portugal quer a Oi registaram uma melhoria significativa no investimento em fundo de maneio.

01 Análise dos resultados consolidados

Free cash flow ⁽¹⁾	Milhões de euros		
	9M12	9M11	Δ11/12
EBITDA menos Capex	838,6	950,3	(11,7%)
Itens não monetários	94,4	93,6	0,9%
Variação do fundo de manei	(316,5)	(150,0)	111,0%
Cash flow operacional	616,5	893,8	(31,0%)
Juros	(339,4)	(160,3)	111,7%
Reemb. (contrib.) dos fundos de pensões, líquidos	(32,2)	(20,4)	58,1%
Pag. a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(116,3)	(128,2)	(9,3%)
Impostos sobre o rendimento	(132,7)	(119,5)	11,1%
Dividendos recebidos	57,4	147,0	(60,9%)
Alienações (aquisições) de invest. financeiros, líquidas ⁽²⁾	0,0	123,6	n.s.
Outros movimentos ⁽³⁾	(317,1)	(238,3)	33,0%
Free cash flow	(263,7)	497,7	n.s.

(1) O free cash flow exclui o pagamento relativo à aquisição dos investimentos estratégicos na Oi e na Contax (3.728 milhões de euros no 1T11). (2) Esta rubrica inclui à alienação da participação na UOL no 1T11, no montante de 155,5 milhões de euros, parcialmente compensada pela aquisição de um investimento na Allus no 2T11, pelo montante de 44 milhões de euros. (3) O aumento nesta rubrica reflete, principalmente, os pagamentos de determinadas ações judiciais na Oi no 1T12, parcialmente compensados por impostos financeiros incorridos no 1T11 relacionados com o investimento estratégico na Oi.

O free cash flow foi negativo em 264 milhões de euros nos 9M12, o que compara com 498 milhões de euros nos 9M11, ajustados pelos pagamentos relativos à aquisição dos investimentos da PT na Oi e na Contax (3.728 milhões de euros). Esta redução é explicada, principalmente, por: (1) um menor cash flow operacional (277 milhões de euros), tal como referido acima; (2) um recebimento de 156 milhões de euros nos 9M11 relativo à alienação da participação na UOL; (3) uma diminuição nos dividendos recebidos da Unitel nos 9M12 (32 milhões de euros, o que compara com 126 milhões de euros nos 9M11); (4) um aumento nos pagamentos relacionados com ações judiciais (50 milhões de euros), relativos principalmente à consolidação proporcional da Oi, e (5) um aumento de 179 milhões de euros nos juros pagos, refletindo uma maior contribuição da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores (55 milhões de euros), incluindo o impacto da sua consolidação proporcional no 1T12 (10 milhões de euros), e um aumento nas operações em Portugal relacionado, principalmente, com os juros recebidos no 1T11 relativos aos depósitos bancários em reais brasileiros utilizados para o pagamento dos investimentos estratégicos na Oi e na Contax. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela aquisição de um investimento na Allus realizada pela Contax em abril de 2011 (44 milhões de euros).

Dívida líquida consolidada

A dívida líquida consolidada, excluindo a consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores e ajustada pelo efeito fiscal relacionado com a transferência dos planos de pensões para o Estado Português, ascendeu a 4.591 milhões de euros em 30 de setembro de 2012. A dívida líquida consolidada ascendeu a 7.765 milhões de euros em 30 de setembro de 2012, o que compara com 6.613 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 1.152 milhões de euros que reflete: (1) os dividendos pagos pela PT aos seus acionistas (557 milhões de euros, correspondentes às ações emitidas líquidas das 20,64 milhões de ações próprias que a PT detém e da participação da PT nas suas ações detidas pela Oi), relativos ao dividendo de 65 cêntimos de euro por ação referente ao ano fiscal de 2011, e pelas suas subsidiárias a acionistas não controladores (87 milhões de euros); (2) o free cash flow negativo gerado no período (264 milhões de euros); (3) os montantes pagos pela Oi aos acionistas não controladores relacionados com a conclusão do processo de simplificação societária (296 milhões de euros); (4) o pagamento efetuado pela TMN, em janeiro de 2012, respeitante à licença LTE (83 milhões de euros), e (5) a aquisição pela Oi de ações próprias da PT (23 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro, que resultou numa diminuição da dívida líquida de 168 milhões de euros.

01 Análise dos resultados consolidados

Variação da dívida líquida	Milhões de euros	
	9M12	9M11
Dívida líquida (balanço inicial)	6.612,8	2.099,8
Free cash flow (a subtrair)	(263,7)	497,7
Aquisição de investimento estratégico na Oi e Contax	0,0	3.727,6
Efeito de conv. cambial de dívida em moeda estrangeira	(168,4)	(132,4)
Dividendos pagos pela PT	556,7	1.117,7
Alterações no perímetro de consolidação (Oi e Contax)	0,0	2.052,5
Simplificação societária da Oi	296,1	0,0
Aquisição de ações próprias pela Oi	23,2	86,8
Outros ⁽¹⁾	180,3	86,2
Dívida líquida (balanço final)	7.764,5	8.540,6
A receber da Telefónica (a subtrair)	0,0	2.000,0
Efeito fiscal sobre resp. não financiadas (a subtrair) ⁽²⁾	226,1	226,1
Dívida líquida ajustada (balanço final)	7.538,5	6.314,5
Dívida líquida da Oi e Contax, inc. holdings (a subtrair)	2.947,9	2.164,0
Dívida líquida ajustada exc. Oi e Contax (balanço final)	4.590,5	4.150,5
Variação da dívida líquida	1.151,7	6.440,8
Variação da dívida líquida (%)	17,4%	306,7%

(1) Esta rubrica inclui o pagamento relativo à licença LTE em Portugal no 1T12 e os dividendos pagos pelas participadas da PT a acionistas não controladores. (2) Efeito fiscal relativo à transferência dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português, incluindo 113 milhões de euros relacionados com a contribuição de 2011, os quais foram contabilizados como prejuízos fiscais reportáveis.

Em 30 de setembro de 2012, a dívida bruta consolidada ascendia a 11.252 milhões de euros, dos quais 76,7% era de médio e longo prazo e 3.694 milhões de euros respeitam ao impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores. Excluindo o Brasil, a dívida bruta ascendeu a 7.558 milhões de euros, dos quais 69,8% era de médio e longo prazo e 76,6% vencia juros a taxas fixas.

Excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, o valor de caixa e equivalentes acrescido do montante disponível em linhas de papel comercial e linhas de crédito disponíveis com tomada firme, totalizou 3.207 milhões de euros no final de setembro de 2012, dos quais 465 milhões de euros correspondem a linhas de papel comercial e linhas de crédito não utilizadas. Incluindo os 750 milhões de euros do Eurobond emitido em outubro de 2012, o valor de caixa e o montante disponível em linhas de papel comercial e linhas de crédito ascenderia a 3.957 milhões de euros. A PT está refinanciada até julho de 2016.

Nos 9M12, excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, o custo médio da dívida líquida da PT situou-se em 4,2%, o que compara com 3,4% nos 9M11, ajustado pelo ganho de 51 milhões de euros registado com os depósitos bancários relacionados com o investimento estratégico na Oi. O custo da dívida bruta, excluindo a Oi e a Contax, foi de 4,4% nos 9M12, mantendo-se estável face aos 9M11 e a 2011. Em 30 de setembro de 2012, a dívida líquida da PT, excluindo a Oi e a Contax, tinha uma maturidade de 5,3 anos.

Responsabilidades com benefícios de reforma

Em 30 de setembro de 2012, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma (PBO) dos negócios em Portugal, relativas a complementos de pensões e cuidados de saúde, ascendiam a 471 milhões de euros e o valor de mercado dos ativos sob gestão ascendia a 372 milhões de euros, face a 474 milhões de euros e 345 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, respetivamente. Adicionalmente, a PT tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 722 milhões de euros em 30 de setembro de 2012, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Esses salários são pagos mensalmente, diretamente pela PT, aos beneficiários até à idade da reforma. Assim, as

01 Análise dos resultados consolidados

responsabilidades não financiadas brutas totais dos negócios em Portugal ascendiam a 821 milhões de euros e as responsabilidades não financiadas líquidas de impostos ascendiam a 616 milhões de euros. Os planos de benefícios de reforma da PT relativos a complementos de pensões e cuidados de saúde estão fechados à entrada de novos participantes. Adicionalmente, a PT consolidou proporcionalmente as responsabilidades líquidas com benefícios de reforma da Oi nos montantes de 51 milhões de euros em 30 de setembro de 2012 e 62 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Responsabilidades com benefícios de reforma	Milhões de euros	
	30 setembro 2012	31 dezembro 2011
Responsabilidades com pensões	118,4	121,6
Responsabilidades com cuidados de saúde	353,1	352,6
Resp. projectadas com benefícios de reforma (PBO)	471,5	474,1
Valor de mercado dos fundos ⁽¹⁾	(372,2)	(344,7)
Resp. não financ. c/ pensões e cuidados de saúde	99,3	129,4
Salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados	721,6	782,5
Responsabilidades não financiadas brutas	820,9	911,9
Resp. não financiadas líquidas do efeito fiscal	615,7	683,9
Responsabilidades não financiadas brutas da Oi	50,8	61,7
Ganhos com serviços passados não reconhecidos	15,6	16,8
Provisão para benefícios de reforma	887,3	990,4

(1) O aumento no valor de mercado dos fundos resultou principalmente do desempenho positivo dos ativos sob gestão no montante de 47,5 milhões de euros (equivalente a uma taxa de rentabilidade positiva de 14,1% nos 9M12) que mais do que compensou os pagamentos de complementos de pensões no montante de 6,7 milhões de euros e o reembolso de despesas de saúde (14,4 milhões de euros).

O valor total das responsabilidades não financiadas brutas dos negócios em Portugal diminuiu 91 milhões de euros nos 9M12 para 821 milhões de euros em 30 de setembro de 2012, principalmente em resultado dos pagamentos de salários a empregados suspensos e pré-reformados efetuados durante o período, no montante de 115 milhões de euros, parcialmente compensados pelo reconhecimento dos custos com benefícios de reforma e das perdas atuariais líquidas nos montantes de 23 milhões de euros e 2 milhões de euros, respetivamente. As responsabilidades não financiadas brutas da Oi decresceram de 62 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 51 milhões de euros em 30 de setembro de 2012, refletindo principalmente contribuições de 10 milhões de euros, realizadas em janeiro de 2012, para cobertura do défice do plano de pensões BrTPREV.

Variação nas responsabilidades não financiadas brutas	Milhões de euros	
	9M12	9M11
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo inicial)	973,7	948,6
Alteração do perímetro de consolidação	0,0	52,5
Custos com benefícios de reforma (PRBs) ⁽¹⁾	27,2	26,1
Custos com o programa de redução de efectivos	1,9	6,3
Reembolsos (contribuições) líquidos para os fundos de pensões ⁽²⁾	(12,5)	(4,9)
Pag. de salários a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(116,3)	(128,2)
Perdas (ganhos) atuariais líquidos	2,2	33,0
Ajustamentos de conversão cambial	(4,5)	(4,5)
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo final)	871,7	928,9

(1) Nos 9M12 e 9M11, esta rubrica exclui os custos com o serviço anual dos empregados no ativo cujas responsabilidades foram transferidas para o Estado Português, nos montantes de 16,7 milhões de euros e 15,7 milhões de euros, respetivamente. (2) Nos 9M12, esta rubrica inclui essencialmente contribuições para os fundos de pensões realizadas pela Oi (10,4 milhões de euros) e reembolsos líquidos de despesas de saúde pagas relativamente aos planos de saúde das operações em Portugal (0,4 milhões de euros). Nos 9M11, esta rubrica inclui reembolsos líquidos de despesas de saúde no valor de 2,0 milhões de euros e pagamentos por rescisão contratual no valor de 2,6 milhões de euros.

As responsabilidades não financiadas brutas, relacionadas com as obrigações com benefícios de reforma e com planos de saúde, diminuiram 102 milhões de euros nos 9M12 para 872 milhões de euros, devido principalmente aos salários pagos a colaboradores suspensos e pré-reformados e apesar da perda atuarial de 35 milhões de euros

01 Análise dos resultados consolidados

relativa ao impacto estimado com a adoção da Lei 85-A/2012, que suspendeu o regime de reforma antecipada durante o programa de assistência financeira a Portugal, resultando em pagamentos mais elevados de salários até à idade da reforma a empregados suspensos e pré-reformados. Esta perda foi parcialmente compensada por um ganho atuarial de 33 milhões de euros correspondente à diferença entre a taxa de rentabilidade real (+14,1%) e a estimada (+4,5%) dos ativos dos planos de pensões, resultando em perdas atuariais líquidas de 2 milhões de euros nos 9M12.

Capital próprio

Variação no capital próprio (excluindo interesses não controladores)	Milhões de euros
	9M12
Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo inicial)	2.828,1
Resultado líquido	188,9
Ajustamentos de conversão cambial líquidos	(273,7)
Dividendos pagos pela PT	(371,9)
Ganhos (perdas) atuariais líquidos, líquidos do efeito fiscal	(1,6)
Outros ⁽¹⁾	41,1
Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo final)	2.410,8
Variação no capital próprio antes de interesses não controladores	(417,3)
Variação no capital próprio antes de interesses não controladores (%)	(14,8%)

(1) Esta rubrica inclui principalmente um ganho registado diretamente no capital próprio em resultado da conclusão do processo de simplificação societária do grupo Oi

Em 30 de setembro de 2012, o capital próprio excluindo interesses não controladores ascendeu a 2.411 milhões de euros, uma diminuição de 417 milhões de euros nos 9M12. Esta diminuição é explicada principalmente: (1) pelo dividendo de 43,5 cêntimos de euro por ação pago em maio de 2012 (372 milhões de euros), correspondente à segunda parcela do dividendo fiscal de 2011 (65 cêntimos de euro por ação), no seguimento do pagamento do dividendo interino de 21,5 cêntimos de euro por ação realizado em janeiro de 2012, e (2) pelos ajustamentos de conversão cambial negativos registados no período (274 milhões de euros), relacionados principalmente com a desvalorização do real brasileiro face ao euro. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo resultado líquido gerado no período de 189 milhões de euros e pelo ganho registado diretamente no capital próprio decorrente da conclusão do processo de simplificação societária do Grupo Oi.

Demonstração da posição financeira consolidada

O total do ativo decresceu de 23,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 20,4 mil milhões de euros em 30 de setembro de 2012, respetivamente, refletindo principalmente: (1) o reembolso do Eurobond de 1,3 mil milhões de euros emitido em março de 2005; (2) o impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro (0,9 mil milhões de euros); (3) os dividendos pagos pela PT aos seus acionistas (0,6 mil milhões de euros), correspondente ao dividendo de 65 cêntimos de euro por ação relativo ao ano fiscal de 2011, e (4) o montante pago pela Oi aos interesses não controladores decorrente da conclusão do processo de simplificação societária do Grupo Oi (0,3 mil milhões de euros). O total do passivo diminuiu de 19,4 mil milhões de euros para 17,4 mil milhões de euros, refletindo principalmente o reembolso do Eurobond de março de 2005 (1,3 mil milhões de euros) e o impacto da desvalorização do real brasileiro face ao euro (0,6 mil milhões de euros).

01 Análise dos resultados consolidados

Demonstração da posição financeira consolidada	Milhões de euros	
	30 setembro 2012	31 dezembro 2011 reexpresso
Disponibilidades e títulos negociáveis	3.487,4	5.668,1
Contas a receber	1.873,5	1.936,3
Existências	165,0	133,5
Depósitos judiciais	1.167,0	1.084,1
Investimentos financeiros	683,0	556,3
Ativos intangíveis	5.174,3	5.629,8
Ativos tangíveis	6.003,7	6.228,6
Ativos com planos de benefícios de reforma	13,8	13,6
Outros ativos	496,8	579,5
Impostos diferidos e custos diferidos	1.353,6	1.346,5
Total do ativo	20.418,2	23.176,4
Contas a pagar	1.247,3	1.446,2
Dívida bruta	11.252,0	12.281,0
Responsabilidades com planos de benefícios de reforma	901,1	1.004,1
Outros passivos	2.783,5	3.337,9
Impostos diferidos e proveitos diferidos	1.243,7	1.365,1
Total do passivo	17.427,7	19.434,2
Capital, excluindo interesses não controladores	2.410,8	2.828,1
Interesses não controladores	579,8	914,1
Total do capital próprio	2.990,5	3.742,2
Total do capital próprio e do passivo	20.418,2	23.176,4

02

Evolução dos negócios

Negócios de Telecomunicações em Portugal

Nos 9M12, os negócios de telecomunicações em Portugal continuaram a apresentar um aumento da base de clientes, com os clientes de acessos fixos de retalho a aumentarem 6,3% face aos 9M11 para 5.007 mil (com adições líquidas de 212 mil) e os clientes móveis a aumentarem 0,4% face aos 9M11 para 7.386 mil (58 mil desligamentos líquidos, com os clientes pós-pagos a atingir 86 mil adições líquidas e os clientes pré-pagos a atingir 144 mil desligamentos líquidos).

Dados operacionais • Portugal			
	9M12	9M11	Δ11/12
Acessos fixos de retalho ('000)	5.007	4.709	6,3%
PSTN/RDIS	2.610	2.662	(2,0%)
Clientes de banda larga	1.200	1.072	11,9%
Clientes de TV	1.198	974	22,9%
Clientes móveis ('000)	7.386	7.354	0,4%
Pós-pagos	2.463	2.341	5,2%
Pré-pagos	4.922	5.013	(1,8%)
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	212	182	16,3%
PSTN/RDIS	(38)	(33)	(14,5%)
Clientes de banda larga	94	71	32,9%
Clientes de TV	156	145	7,7%
Clientes móveis ('000)	(58)	(65)	10,8%
Pós-pagos	86	51	69,0%
Pré-pagos	(144)	(116)	(24,2%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	32,1	27,7	4,4pp

O aumento dos clientes de acessos fixos de retalho foi impulsionado pelo sólido desempenho do Meo, o serviço de televisão por subscrição da PT, cujo sucesso é alcançado através de uma proposta de valor muito diferenciada, sustentada num serviço de TV por subscrição não linear, que oferece uma experiência multiscreen única com canais em direto, vídeo on demand, aluguer de jogos e músicas disponíveis em vários equipamentos.

Nos 9M12, a base de clientes de TV por subscrição apresentou um crescimento de 22,9% face aos 9M11 para 1.198 mil, um desempenho resiliente e que resultou em 156 mil adições líquidas nos 9M12. Este sólido crescimento da base de clientes confirma o contínuo sucesso e atratividade do Meo no mercado português. Esta performance da televisão por subscrição impulsionou o sólido crescimento dos clientes de banda larga fixa, os quais aumentaram 11,9% face aos 9M11 para 1.200 mil (94 mil adições líquidas nos 9M12). Os clientes triple-play da PT (voz, banda larga e televisão por subscrição) aumentaram 27,7% face aos 9M11, atingindo os 802 mil nos 9M12 (123 mil adições líquidas).

Os clientes móveis beneficiaram do desempenho dos clientes pós-pagos, que aumentaram 5,2% face aos 9M11 (86 mil adições líquidas nos 9M12), beneficiando por sua vez do crescimento dos planos tarifários "unlimited". Os planos tarifários "e nunca mais acaba", que atingiram os 973 mil clientes nos 9M12, tal como os novos planos tarifários "Moche" (+8,4% nos 9M12 face aos 9M11, atingindo 1.360 mil clientes), também continuaram a apresentar tendências de crescimento sólidas. Os clientes de banda larga móvel aumentaram em 51 mil nos 9M12, atingindo

02 Evolução dos negócios

914 mil clientes (+15,8% nos 9M12 face aos 9M11), refletindo a atratividade e o sucesso das ofertas de banda larga da TMN e a ampla cobertura das redes 3G e 4G LTE da PT.

Residencial

Os acessos de retalho ou unidades geradoras de receita de retalho (RGUs) do segmento Residencial aumentaram 9,6% nos 9M12 face aos 9M11, atingindo 3.791 mil, com os acessos de televisão por subscrição e banda larga a representarem 55,6% do total de acessos de retalho em 30 de setembro de 2012 (+3,9pp face aos 9M11). Nos 9M12, as adições líquidas de retalho atingiram 234 mil clientes, em resultado: (1) do crescimento do serviço de TV por subscrição, que contribuiu com 141 mil adições líquidas; (2) de 84 mil adições líquidas de banda larga fixa, refletindo o crescimento contínuo das ofertas triple-play e double-play, e (3) de 9 mil adições líquidas de linhas de voz fixa residenciais (linhas PSTN/RDIS), refletindo também o impacto positivo das ofertas de triple-play, não obstante as ofertas comerciais agressivas por parte do principal concorrente. Em 30 de setembro de 2012: (1) os clientes residenciais de TV por subscrição atingiram 1.114 mil clientes (um aumento de 22,5% nos 9M12 face aos 9M11); (2) a base de clientes de banda larga fixa do segmento residencial aumentou 13,1% nos 9M12 face aos 9M11, para 994 mil clientes, e (3) os clientes de voz fixa no segmento residencial atingiram 1.683 linhas, um aumento de 0,7% nos 9M12 face aos 9M11.

Nos 9M12, o segmento Residencial continuou a registar um aumento dos clientes únicos, tendo atingido 1.878 mil (+0,9% face aos 9M11). As unidades geradoras de receita residenciais por cliente único foram de 2,0, um aumento de 8,6% face aos 9M11, refletindo o contínuo sucesso das ofertas triple-play do Meo. Em resultado deste sucesso, o ARPU residencial aumentou 3,0% face aos 9M11, para 31,7 euros. Este desempenho é ainda mais notável tendo em consideração que foi atingido num contexto de: (1) ambiente económico desafiante, que leva a alguma pressão sobre os serviços mais expostos ao ambiente económico, tais como canais premium e temáticos, vídeo on demand e outros serviços de valor acrescentado, e (2) postura comercial agressiva por parte de determinados operadores ao nível das promoções de voz e ofertas para o segmento de baixo valor.

Dados operacionais • Segmento Residencial

	9M12	9M11	Δ11/12
Acessos fixos de retalho ('000)	3.791	3.460	9,6%
PSTN/RDIS	1.683	1.671	0,7%
Clientes de banda larga	994	880	13,1%
Clientes de TV	1.114	909	22,5%
Clientes únicos	1.878	1.862	0,9%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	234	203	15,2%
PSTN/RDIS	9	(2)	n.s.
Clientes de banda larga	84	70	18,8%
Clientes de TV	141	135	4,9%
ARPU (euros)	31,7	30,7	3,0%
Receitas não-voz em % das receitas (%)	63,1	57,8	5,3pp

O sólido crescimento dos clientes residenciais é, claramente, suportado pelo sucesso do Meo, o serviço inovador de TV por subscrição da PT que já se transformou numa experiência multiscreen única, com canais em direto, vídeo on demand, aluguer de jogos e músicas, disponível em todos os ecrãs. O Meo apresenta uma proposta de conteúdos muito diferenciadora, com mais de 150 canais, incluindo canais de conteúdos exclusivos, de alta definição e 3D. Em 12 de outubro de 2012, o Meo lançou "A Bola TV", em parceria com o "Jornal a Bola", um dos principais jornais

02 Evolução dos negócios

desportivos diários. Este canal de desporto, com informação abrangente e diversificada, exclusivo do Meo, está disponível no pacote básico e visa o fortalecimento da oferta de conteúdos do Meo. O canal "A Bola TV" está disponível em multiscreens, incluindo não só TV mas também PC, smartphone e tablet, através do serviço Meo GO!. No seguimento desta estratégia, em 15 de outubro de 2012, o Meo lançou o canal "TVI Ficção", um canal de entretenimento produzido pela "TVI", o canal aberto líder da televisão portuguesa, com ficção nacional produzida pelo estúdio de produção da TVI. O canal "TVI Ficção" também está disponível no pacote básico. O Meo continuará a inovar e um novo canal exclusivo será incluído na sua grelha, o "Correio da Manhã TV", em parceria com a Cofina, proprietária de vários jornais e revistas em Portugal, incluindo o jornal mais lido em Portugal, o "Correio da Manhã".

A oferta de conteúdos do Meo inclui também milhares de filmes VoD e a sua oferta de conteúdos é enriquecida com interatividade sobre programas âncora (exemplo do Ídolos, Casa dos Segredos, Peso Pesado).

O Meo oferece ainda aplicações interativas avançadas e customizadas, através de múltiplos widgets disponíveis através do "botão azul" do controle remoto do Meo e que abrangem múltiplas categorias, tais como: (1) Notícias, incluindo uma aplicação de notícias personalizada, desenvolvida em parceria com a RTP, e a aplicação Sapo Kiosk, com as capas diárias de todos os jornais e revistas nacionais e vários internacionais; (2) Desportos, incluindo uma aplicação de futebol, uma de surf e aplicações de canais desportivos específicos, tais como a aplicação do canal BenficaTV e a aplicação do canal SportTV; (3) Música, incluindo o MusicBox, um serviço de música multiscreen, o Meo Radios, uma aplicação de rádio, e o Meo Karaoke, uma aplicação de karaoke que permite aos clientes Meo subscrever e cantar um alargado catálogo de músicas nacionais e internacionais; (4) Crianças, incluindo um portal infantil que abrange todas as idades e onde as crianças podem aceder a canais, conteúdos video on demand, clips de música, karaoke, jogos e conteúdos educacionais customizados; (5) Serviços de Conveniência, incluindo aplicações para meteorologia, trânsito, farmácias e outros, e (6) Conteúdo Pessoal, incluindo uma aplicação de arquivo online de fotos.

O Meo continuou a inovar ao lançar a aplicação Sapo Voucher, a primeira aplicação de televisão interativa que permite a realização de transações financeiras e a interação com anúncios televisivos. O Meo lançou também o Twitter na televisão, acessível através do "botão azul" do controlo remoto do Meo, permitindo aos seus clientes aceder gratuitamente à sua conta e interagir enquanto veem televisão.

Inserida na estratégia de clara e forte diferenciação de conteúdos através da interatividade, que o Meo tem vindo a desenvolver, foi lançada uma nova aplicação interativa com conteúdos alusivos a uma das séries juvenis com maior sucesso da televisão portuguesa, "Morangos com Açúcar", em parceria com a TVI. Esta aplicação, não só permite aos fãs da série o acesso a serviços e conteúdos exclusivos, como também permite a possibilidade de compra de episódios em antestreia por 0,90 euros. Em julho de 2012, o Meo anunciou a transformação do canal de notícias de televisão por subscrição mais visto em Portugal, SIC Notícias. Em resultado de uma forte parceria tecnológica e de conteúdos entre a PT e a Impresa (um grande grupo de media português que detém várias publicações de imprensa e a SIC, em canal aberto, assim como vários canais SIC pagos), o Meo irá lançar no 4T12 o canal SIC Notícias reformulado, relançando-o como um canal totalmente interativo, em exclusivo para os clientes Meo. Estas aplicações serão disponibilizadas em múltiplos ecrãs, incluindo televisão, computador, tablet e smartphone.

As receitas operacionais do segmento Residencial atingiram 534 milhões de euros nos 9M12, um aumento de 4,6% face aos 9M11, mostrando um desempenho resiliente. As receitas de serviço aumentaram 4,3% face aos 9M11 para 524 milhões de euros. Este desempenho notável foi alcançado num contexto de elevado sucesso da oferta triple-play do Meo (voz, banda larga e TV por subscrição), beneficiando do esforço incansável para transformar a oferta residencial da PT de um legado de voz fixa para uma oferta triple-play. A oferta Meo é altamente diferenciadora,

02 Evolução dos negócios

mais competitiva e mais resiliente face a condições económicas menos favoráveis. Em resultado deste sucesso, o peso dos serviços não voz no segmento Residencial atingiu 63,1% das receitas nos 9M12 (+5,3pp face ao 3T11) e o peso das receitas de tarifas fixas atingiu 86,9% (+1,9pp face aos 9M11).

Pessoal

Nos 9M12, o número de clientes móveis do segmento Pessoal, incluindo clientes de voz e de banda larga, diminuiu 1,1% face aos 9M11, em resultado de 126 mil desligamentos líquidos. No 3T12, as adições líquidas foram positivas, atingindo 9 mil, em resultado do aumento dos clientes pós-pagos (+9 mil adições líquidas), uma vez que a base de clientes pré-pagos se manteve estável. A TMN continuou a apresentar um sólido desempenho nos clientes pós-pagos, sustentado no sucesso comercial dos planos tarifários "Unlimited" e no contínuo aumento da base de clientes de banda larga móvel. O sólido desempenho dos planos tarifários "e nunca mais acaba" e o novo posicionamento dos planos tarifários "Moche" continuaram a beneficiar a performance dos clientes pré-pagos. Os planos de tarifas fixas representavam 22,1% da base de clientes móveis do segmento Pessoal no final de setembro de 2012, um aumento de 3,5pp face aos 9M11.

Dados operacionais - Segmento Pessoal

	9M12	9M11	Δ11/12
Clientes móveis ('000)	5.806	5.872	(1,1%)
Pós-pagos	1.082	1.054	2,7%
Pré-pagos	4.724	4.819	(2,0%)
Adições líquidas ('000)	(126)	(91)	(39,1%)
Pós-pagos	19	32	(42,8%)
Pré-pagos	(145)	(123)	(17,6%)
MOU (minutos)	94	88	6,7%
ARPU (euros)	8,8	9,8	(10,0%)
Cliente	8,1	8,8	(8,3%)
Interligação	0,7	1,0	(25,8%)
SARC (euros)	28,7	27,2	5,5%
Dados em % das receitas de serviço (%)	32,9	30,9	2,0pp

A estratégia da PT para o segmento Pessoal está ancorada nas ofertas de dados móveis, suportada por uma rede de elevada qualidade que oferece a melhor cobertura e uma elevada capacidade para ir de encontro à necessidade cada vez maior de largura de banda por parte dos clientes e fornecer a melhor qualidade de serviço do mercado. As ofertas comerciais da TMN incluem: (1) planos tarifários de voz e dados, desenhados para integrar planos ilimitados, direcionados aos segmentos pós-pagos de maior valor e, no segmento pré-pago, para prevenir a migração para planos tarifários de menor valor através da oferta de serviços adicionais de voz e dados; (2) oferta de smartphones distinta, alavancada num portfólio abrangente de cerca de 30 smartphones, incluindo equipamentos exclusivos, e em serviços inovadores de valor acrescentado e convergentes para usar em mobilidade (TV móvel, aluguer de músicas, agregador de redes sociais), e (3) ofertas de banda larga móvel competitivas de até 150Mbps de velocidade, em 4G LTE, e que permitem o acesso gratuito à rede nacional WiFi da PT, a rede líder do mercado. A estratégia WiFi da PT inclui a autenticação automática do cliente, suportada no cartão SIM (EAP-SIM), com configuração padrão do terminal ou over-the-air, e transferência automática de tráfego 3G / 4G LTE para WiFi sempre que o equipamento tem cobertura WiFi. Desta forma, o serviço WiFi é um claro complemento da cobertura 3G e 4G LTE a nível de tráfego de dados, aumentando assim a mobilidade e a satisfação do cliente e, em último caso, a sua fidelidade.

02 Evolução dos negócios

Em março de 2012, a PT anunciou a sua estratégia de 4G LTE através do lançamento de uma oferta de banda larga móvel que altera estruturalmente o mercado. Atualmente, a oferta 4G LTE da PT permite: (1) velocidades de até 150Mbps; (2) o acesso a canais de televisão em direto, através do MeoGo!, e ao serviço de música, através do MusicBox, e (3) a partilha de tráfego entre vários dispositivos, incluindo o computador, através de uma placa móvel, o tablet e o smartphone. À data de lançamento, o serviço 4G LTE da PT estava disponível para 20% da população portuguesa. Esta cobertura foi alargada para 80% da população em abril de 2012, quando o espectro de 800MHz foi disponibilizado, e será alargada novamente para 90% da população até ao final de 2012. A PT está a comercializar os seus serviços de banda larga móvel 4G LTE através das marcas TMN 4G e Meo 4G, com o objetivo de alavancar nos vários atributos e pontos fortes de cada marca. As ofertas comerciais têm velocidades desde 50Mbps a 150Mbps e preços de retalho mensais que começam em 49,99 euros, com um desconto de 50% por um período de 24 meses para os primeiros clientes, e incluem ainda o serviço MusicBox gratuito. Os clientes de TMN 4G e Meo 4G que também sejam clientes Meo têm acesso gratuito a 50 canais de televisão em direto através do serviço MeoGo!. De outra forma, o serviço MeoGo! tem um preço de retalho mensal de 7,99 euros.

Nos 9M12, as receitas de cliente do segmento Pessoal diminuíram 9,1% face aos 9M11 para 425 milhões de euros. As condições económicas desafiantes e a sua deterioração, que se traduziram num menor nível de confiança dos consumidores, impactaram o desempenho do segmento Pessoal, uma vez que o consumidor móvel está claramente exposto às tendências económicas. Adicionalmente, a contínua agressividade ao nível dos preços, tanto em voz como em banda larga móvel, continua a pressionar os preços de retalho e o ARPU de cliente. As receitas de cliente refletem também uma quebra de receitas proveniente dos serviços de banda larga móvel, num contexto de elevada popularidade da banda larga fixa, de concorrência nos preços e de migração para planos tarifários de menor valor, não obstante o forte crescimento das receitas de "internetnotelemóvel" sustentadas no aumento da penetração de smartphones. A aceleração da diminuição das receitas de interligação (-26,5% nos 9M12 face aos 9M11 para 38 milhões de euros) também contribuiu para a diminuição de 10,9% das receitas de serviço nos 9M12 face aos 9M11. Com efeito, as MTRs diminuíram para 2,77 cêntimos em 7 de maio de 2012, para 2,27 cêntimos em 30 de junho de 2012 e para 1,77 cêntimos em 30 de setembro. As MTRs continuarão a impactar as receitas de interligação, uma vez que diminuirão para 1,27 cêntimos a partir de 31 de dezembro 2012. O ARPU do segmento Pessoal foi de 8,8 euros (-10,0% face aos 9M11) e o ARPU de cliente foi de 8,1 euros (-8,3% face aos 9M11). O peso das receitas não voz nas receitas de serviço foi de 32,9% nos 9M12 (+2,0pp face aos 9M11), refletindo o sólido desempenho dos serviços de dados móvel "internetnotelemóvel".

Empresas

O segmento Empresas inclui serviços de voz e dados, fixos e móveis, e ofertas convergentes e integradas de TI fornecidas a empresas de grande, média e pequena dimensão. Neste segmento, a PT pretende aumentar a sua base de receitas para mais do que a conectividade, aproveitando oportunidades no setor das TIC, sustentadas em soluções avançadas para empresas e em investimentos em centros de dados de desempenho superior, de forma a responder à procura de serviços que exigem maior largura de banda e à virtualização.

A proposta de valor para os clientes de grandes empresas está sustentada nos seguintes pilares: (1) maximizar o valor dos serviços de telecomunicações tradicionais através do up-selling de serviços adicionais, incluindo serviços convergentes fixo-móvel de fibra, de forma a agregar serviços VPN, gestão de LANs e serviços de vídeo; (2) transformação das TI, acelerada pelo cloud computing, onde a PT pretende alavancar nas parcerias com fornecedores líderes nas suas áreas de forma a permitir o processo de transformação do negócio e reduções significativas de custos para os clientes empresariais; (3) alavancar na especialização de forma a aproveitar as economias de escala, incluindo o enfoque no outsourcing e no BPO para melhorar a produtividade, e (4) introduzir

02 Evolução dos negócios

uma abordagem de consultoria de negócio de forma a alargar os serviços prestados a empresas para serviços de vídeo, multiscreen e serviços convergentes muito diferenciadores.

No segmento das pequenas e médias empresas, a PT pretende integrar as suas ofertas de serviços de rede fixa e móvel, incluindo ofertas de voz e dados, com acesso a equipamentos subsidiados (PCs, PBX, smartphones e tablets), enquanto ao mesmo tempo pretende disponibilizar soluções verticais para setores específicos (ex: restaurantes e pastelarias, retalho, saúde).

Durante os 9M12, a PT continuou a investir significativamente na sua oferta de cloud computing, quer para grandes empresas como para pequenas e médias, tendo agora disponíveis ofertas estruturadas, sob a marca SmartcloudPT, que incluem infraestrutura como serviço (IaaS), plataforma como serviço (PaaS) e software como serviço (SaaS).

Dados operacionais - Segmento Empresas

	9M12	9M11	Δ11/12
Acessos fixos de retalho ('000)	1.024	1.096	(6,6%)
PSTN/RDIS	738	841	(12,3%)
Clientes de banda larga	203	191	6,5%
Clientes de TV	82	64	29,6%
RGU de retalho por acesso	1,39	1,30	6,5%
Clientes móveis ('000)	1.516	1.416	7,1%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	(63)	(21)	(202,9%)
PSTN/RDIS	(88)	(31)	(182,8%)
Clientes de banda larga	10	0	n.s.
Clientes de TV	14	10	45,7%
Clientes móveis ('000)	71	26	173,6%
ARPU (euros)	23,9	26,3	(8,8%)
Receitas não-voz em % das receitas (%)	49,0	46,1	2,9pp

Nos 9M12, os clientes fixos de retalho do segmento Empresas ascenderam a 1.024 mil, refletindo uma diminuição de 63 mil clientes face aos 9M11. Este desempenho refletiu, principalmente, 88 mil desligamentos líquidos de linhas fixas, em resultado: (1) da migração, pelas grandes empresas, dos serviços clássicos PSTN/RDIS para serviços VoIP, que requerem menos linhas por cliente; (2) do aumento de insolvências no segmento das pequenas e médias empresas, e (3) da migração fixo-móvel. As adições líquidas de clientes de banda larga e de TV por subscrição aumentaram em resultado do upselling de serviços adicionais nas pequenas e médias empresas.

As receitas operacionais do segmento Empresas diminuíram 9,0% nos 9M12 face aos 9M11, para 671 milhões de euros, demonstrando alguma melhoria sequencial ao longo de 2012. O desempenho das receitas no segmento Empresas também tem sido penalizado pelo ambiente económico: (1) iniciativas de cortes de custos acentuados pela administração pública e diminuição significativa de investimentos em novos projetos; (2) iniciativas de redução de custos pelas grandes empresas, e (3) as pequenas e médias empresas, que ainda mostravam alguma resiliência em 2011, estão agora a ser mais penalizadas pelo contexto económico e financeiro. Não obstante o contexto económico, a PT manteve uma liderança sólida tanto nas grandes empresas como nas pequenas e médias, ancorada na sua oferta de produtos e serviços diferenciada para estes segmentos de mercado, como referido acima. Com efeito, em 2012, a PT conquistou importantes projetos e clientes, que se devem traduzir no desempenho da receita já no 4T12 e em 2013. Nos 9M12, os serviços não voz representaram 49,0% das receitas de retalho do segmento Empresas, mais 2,9pp face aos 9M11.

02 Evolução dos negócios

Desempenho financeiro consolidado em Portugal

Nos 9M12, as receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal diminuíram 133 milhões de euros (-6,1% face aos 9M11) para 2.040 milhões de euros. Este desempenho refletiu a diminuição das receitas nos segmentos Pessoal e Empresas (58 milhões de euros e 66 milhões de euros, respetivamente), num contexto económico desafiante e em deterioração, e a diminuição das receitas do negócio de listas telefónicas (9 milhões de euros), efeitos que mais do que compensaram o aumento de 4,6% no segmento Residencial (24 milhões de euros). Nos 9M12, as receitas em Portugal também foram penalizadas por alterações regulatórias adversas, incluindo menores MTRs (19 milhões de euros) e menores preços de roaming (2 milhão de euros). Excluindo os efeitos regulatórios, as receitas teriam diminuído 5,1% nos 9M12 face aos 9M11.

Apesar da pressão existente sobre as receitas nos negócios de telecomunicações em Portugal, as medidas implementadas para controlar os custos e as iniciativas de transformação que estão a ocorrer têm permitido à PT reduzir custos e manter margens sólidas.

Informação financeira • op. de telecomunicações portuguesas	Milhões de euros		
	9M12	9M11	Δ11/12
Receitas operacionais	2.040,2	2.173,6	(6,1%)
Residencial	534,0	510,5	4,6%
Receitas de serviço	523,7	502,0	4,3%
Vendas e outras receitas	10,3	8,4	21,9%
Pessoal	517,2	574,8	(10,0%)
Receitas de serviço	463,6	520,1	(10,9%)
Receitas de cliente	425,3	468,0	(9,1%)
Receitas de interligação	38,3	52,1	(26,5%)
Vendas e outras receitas	53,7	54,7	(1,9%)
Empresas	670,6	737,0	(9,0%)
Serviços a prestadores, outros e eliminações	318,3	351,3	(9,4%)
Custos operacionais	1.124,3	1.180,7	(4,8%)
Custos com pessoal	182,6	189,5	(3,7%)
Custos directos dos serviços prestados	341,6	358,6	(4,7%)
Custos comerciais	217,5	224,1	(2,9%)
Outros custos operacionais	382,6	408,5	(6,4%)
EBITDA ⁽¹⁾	916,0	992,9	(7,7%)
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	38,8	37,3	4,0%
Amortizações	510,5	519,7	(1,8%)
Resultado operacional ⁽²⁾	366,7	435,9	(15,9%)
Margem EBITDA	44,9%	45,7%	(0,8pp)
Capex	370,4	400,5	(7,5%)
Capex em % das receitas operacionais	18,2%	18,4%	(0,3pp)
EBITDA menos Capex	545,5	592,4	(7,9%)

(1) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (2) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

Nos 9M12, os custos operacionais excluindo amortizações e depreciações e PRBs diminuíram 4,8% face aos 9M11 (56 milhões de euros), para 1.124 milhões de euros. Os custos com pessoal diminuíram 3,7% face aos 9M11 (7 milhões de euros), para 183 milhões de euros, em resultado de menores remunerações variáveis e horas extraordinárias e maiores níveis de eficiência em determinados processos internos. Os custos diretos diminuíram

02 Evolução dos negócios

4,7% nos 9M12 face aos 9M11 (17 milhões de euros), para 342 milhões de euros, refletindo principalmente: (1) menores custos de tráfego na TMN, no seguimento dos cortes regulados nas MTRs e menores custos de interligação em roaming (14,5 milhões de euros); (2) menores custos associados ao negócio de listas telefónicas (9 milhões de euros); (3) maiores custos associados às soluções de TI/SI e outsourcing, em resultado do aumento do peso destes serviços (4 milhões de euros), e (4) custos mais elevados associados ao aumento do tráfego internacional. Nos 9M12, os custos de programação aumentaram 1,9% face aos 9M11 para 91 milhões de euros, enquanto os custos de programação por cliente diminuíram 19,0% face aos 9M11. Os custos comerciais diminuíram 2,9% nos 9M12 face aos 9M11 (7 milhões de euros), para 218 milhões de euros, refletindo menores custos com comissões e marketing e publicidade, os quais mais do que compensaram o aumento dos custos das mercadorias vendidas, explicado pelo aumento de vendas de smartphones com maior subsídio associada. Este bom desempenho dos custos comerciais, obtido num cenário de crescimento contínuo de clientes, também reflete uma menor taxa de churn. Este facto é especialmente visível nos clientes de TV, não só porque os clientes de fibra têm menor churn do que os clientes ADSL e de satélite mas também porque o churn tem vindo a diminuir em todas as tecnologias. As outras despesas operacionais diminuíram 6,4% nos 9M12 face aos 9M11, para 383 milhões de euros, devido a menores custos com manutenção e reparação, no seguimento da implementação da rede FTTH da PT, e menores custos com serviços de suporte. Os benefícios estruturais ao nível dos custos decorrentes da implementação da rede FTTH e 4G LTE e da transformação extensiva no programa de field force continuam a ser visíveis através da melhoria da qualidade de serviço e de menores custos de estrutura.

Nos 9M12, o EBITDA em Portugal ascendeu a 916 milhões de euros (-7,7% face aos 9M11), com uma margem de 44,9% (-0,8pp face aos 9M11). O desempenho do EBITDA refletiu principalmente a diminuição das receitas de serviço (139 milhões de euros), que têm uma maior alavancagem operacional. Com efeito, as receitas de serviço menos os custos diretos diminuíram 122 milhões de euros, enquanto o EBITDA apenas diminuiu 77 milhões de euros, em resultado de menores custos operacionais.

Nos 9M12, o capex diminuiu 7,5% face aos 9M11, para 370 milhões de euros, enquanto o capex relativo a clientes atingiu 138 milhões de euros (+6.3% face aos 9M11), representando 37% do capex total em Portugal, em resultado do aumento de clientes no segmento Residencial nos últimos trimestres que mais que compensou a redução dos custos unitários dos equipamentos. O capex de infraestrutura diminuiu 15,8% face aos 9M11, para 177 milhões de euros, em resultado do forte investimento realizado nos últimos anos, nomeadamente no período 2008-2011, na implementação da rede de fibra, na modernização da rede 2G já adaptada para 4G LTE, e no reforço da cobertura e capacidade da rede 3G e 3,5G, levando agora a uma diminuição do capex em tecnologia, não obstante o investimento na implementação da rede 4G LTE. O EBITDA menos capex diminuiu 7,9% nos 9M12 face aos 9M11, para 546 milhões de euros. No futuro, e particularmente em 2012, o capex dos negócios de telecomunicações em Portugal da PT tenderá a decrescer a um ritmo de dois dígitos à medida que a implementação da rede de fibra esteja concluída e não obstante a implementação da rede 4G LTE da PT em 2012 e o investimento no data centre. O capex no negócio de telecomunicações em Portugal deve diminuir cerca de 100 milhões de euros em 2012, quando comparado com 2011.

02 Evolução dos negócios

Negócios Internacionais

Oi

A Oi reorganizou as suas unidades de negócios, tendo como objetivo alterar a visão por produtos para uma visão por clientes, tendo definido três segmentos de cliente principais com as seguintes prioridades: (1) Residencial: alavancar na maior base de clientes residenciais do Brasil; (2) Mobilidade Pessoal: melhorar a competitividade para aumentar a quota de mercado, e (3) Empresarial / PMEs: foco em manter a posição de liderança no segmento e entrar em novos mercados. Como parte da reorganização, a empresa implementou também uma estratégia comercial mais agressiva, estruturas comerciais regionais, reestruturou a sua rede de distribuição e reforçou os investimentos em rede, tecnologia e inovação.

No 3T12, as unidades geradoras de receita (RGUs) da Oi ascenderam a 73.265 mil, um aumento de 9,2% face ao 3T11, incluindo: (1) 18.189 mil RGUs residenciais (+1,7% face ao 3T11); (2) 45.568 mil clientes móveis do segmento Mobilidade Pessoal, que aumentou 11,7% face ao 3T11, e (3) 8.782 mil RGUs do segmento Empresarial, um aumento de 15,6% face ao 3T11.

No 3T12, no segmento Residencial, a Oi apresentou uma desaceleração contínua na tendência de perda de linhas e uma aceleração no crescimento da banda larga e da TV por subscrição, o que contribuiu para a inversão da tendência histórica da rede fixa, sustentada pelo fortalecimento das ofertas convergentes e pelo aumento das velocidades de banda larga, o que reforça a fidelidade dos clientes da rede fixa, levando ao crescimento do ARPU residencial. É importante realçar o lançamento do projeto de fibra, que envolveu a implementação comercial de um piloto FTTH de banda larga. Antecipando a implementação de IPTV e da oferta triple-play na rede de fibra, calendarizada para dezembro de 2012, a Oi está agora a comercializar velocidades de banda larga de 100Mb e 200Mb.

Dados operacionais • Oi

	3Q12	3Q11	Δ11/12
Residencial (RGUs '000)	18.189	17.881	1,7%
Linhas fixas	12.610	13.277	(5,0%)
Clientes de Banda larga fixa	4.975	4.258	16,8%
Clientes de TV por subscrição	604	345	75,1%
ARPU (R\$)	65,8	65,0	1,2%
Mobilidade Pessoal	45.568	40.798	11,7%
Clientes pré-pago	39.483	35.657	10,7%
Clientes pós-pago + Oi controle	6.085	5.141	18,4%
Empresas	8.782	7.595	15,6%
Linhas fixas	5.371	5.004	7,3%
Clientes de Banda larga	581	518	12,2%
Clientes móveis	2.830	2.073	36,5%
Outros	726	797	(8,9%)
RGUs ('000)	73.265	67.070	9,2%

No segmento residencial, o enfoque continuou no reforço das ofertas convergentes de forma a suportarem o desempenho operacional. De facto, no 3T12, as RGUs residenciais da Oi ascenderam a 18.189 mil, com 309 mil adições líquidas nos últimos doze meses, revertendo a tendência histórica anual de desligamentos líquidos. No

02 Evolução dos negócios

3T12, o volume de desligamentos decresceu 45% quando comparado com o 3T11. A Oi atingiu 4.975 mil clientes de banda larga residencial no trimestre (+16,8% face ao 3T11 e 3,5% face ao 2T12), devido ao aumento das vendas e à redução do churn. Este desempenho é explicado: (1) pelo investimento na cobertura e qualidade da rede; (2) pelas iniciativas para proteger a base de clientes e atualizar as velocidades; (3) pelo reposicionamento da oferta de banda larga; (4) pelo novo processo de instalação, e (5) pelo reforço dos canais de distribuição. Os investimentos na rede e na atualização de sistemas permitem o contínuo aumento da velocidade média, elevando a largura de banda média de internet para os 3,0 Mbps no 3T12. Adicionalmente, 28,7% dos clientes de banda larga residencial já têm ofertas com velocidades acima de 5 Mbps, o que compara com 26,5% no 2T12, dos quais aproximadamente 50% têm já velocidades acima dos 10 Mbps. Os clientes de TV residenciais da Oi ascenderam a 604 mil, um aumento de 75,1% face ao 3T11 e de 24,0% face ao 2T12, com 117 mil adições líquidas, o que compara com 91 mil adições líquidas no 2T12 e 13 mil desligamentos líquidos no 3T11. Em julho de 2012, a Oi lançou a sua oferta quadruple-play através da Oi TV HD, com o objetivo de expandir o acesso à tecnologia HD. A Oi lançou o Oi TV Mais HD, o pacote de entrada no mercado mais abrangente, com 56 canais pagos (11 HD), por R\$ 39,90 (pelos primeiros três meses, após os quais o preço aumenta para os R\$ 69,90) para os clientes Oi Velox ou Oi Conta Total. O lançamento do Oi TV HD marca o fim das ofertas HD disponíveis apenas em pacotes para o segmento premium.

Os clientes móveis da Oi situaram-se nos 48.398 mil (+12,9% face ao 3T11), com 604 mil adições líquidas e 6.390 mil adições brutas no 3T12. No segmento Mobilidade Pessoal, os clientes móveis da Oi ascenderam a 45.568 (+11,7% face ao 3T11) com adições líquidas de 370 mil e adições brutas de 5,9 milhões no 3T12. No trimestre, a Oi continuou focada no crescimento do segmento pós-pago e no aumento da rentabilidade do segmento pré-pago. No segmento Mobilidade Pessoal, os clientes pós-pagos aumentaram 18,4%, no 3T12 face ao 3T11, atingindo os 6.085 mil clientes, com 294 mil adições líquidas. Este desempenho é explicado, principalmente, pelo aumento das vendas e pela redução do churn e foi conseguido devido ao fortalecimento das ofertas da Oi, com o lançamento de novos planos. Estes planos incluem: (1) voz; (2) acesso ilimitado à rede WiFi da Oi; (3) serviços específicos, e (4) promoções específicas em pacotes de dados e SMS, para aumentar a retenção dos clientes. No início do ano, os programas de fidelização ascendiam a cerca de 20% das adições brutas, enquanto no final de setembro de 2012 representavam mais de 90% das ativações. Os clientes pré-pagos ascenderam a 39.483 mil no 3T12, um aumento de 10,7% face ao 3T11, representando 86,6% da base de clientes do segmento Mobilidade Pessoal da Oi (-0,6pp face ao 2T12 e -0,8pp face ao 3T11). Este desempenho foi sustentado pela reestruturação dos planos tarifários pré-pagos da Oi no 1T12.

Os clientes do segmento Empresarial da Oi ascenderam a 8.782 mil no 3T12, um aumento de 15,6% face ao 3T11, impulsionado pelo aumento dos clientes fixos, móveis e de dados, e pela expansão do portfólio de serviços de valor acrescentado. Estas iniciativas estão alinhadas com a estratégia de aumentar o enfoque neste segmento, alavancando na penetração móvel e no reforço da sua oferta de TI. Para o segmento de grandes empresas, a Oi apresentou o portal da Oi Smart Cloud que funcionará como uma loja virtual para empresas que queiram obter infraestrutura como um serviço e para obterem mais informação sobre produtos de data centre e infraestrutura.

As iniciativas para reforçar os canais de distribuição, tais como o aumento de lojas próprias, mudanças no modelo de comissões e aumento da formação dos agentes de vendas, contribuíram também para sustentar o desempenho operacional em todos os segmentos nos últimos trimestres.

Nos 9M12, as receitas líquidas consolidadas pro-forma da Oi, como divulgadas pela Oi, diminuíram 0,9% face aos 9M11, para 20.752 milhões de reais.

02 Evolução dos negócios

Receitas consolidadas pro-forma ⁽¹⁾ • Oi	Milhões de reais, 100%		
	9M12	9M11	Δ11/12
Residencial	7.385	8.103	(8,9%)
Mobilidade Pessoal	6.640	6.038	10,0%
Serviços	4.596	4.247	8,2%
Uso de Rede	1.750	1.770	(1,1%)
Material de Revenda	294	21	n.s.
Empresas	6.315	6.352	(0,6%)
Outros serviços	412	457	(9,8%)
Receita Líquida proforma	20.752	20.949	(0,9%)

(1) Os resultados pro-forma referem-se aos números da antiga TNL como se as incorporações tivessem ocorrido em 1 de janeiro de 2012. Os resultados da Oi consolidados proporcionalmente pela PT diferem dos valores apresentados na tabela acima uma vez que são ajustados de forma a cumprir com as políticas, estimativas e critérios contabilísticos da PT, incluindo diferenças relativamente ao formato da demonstração dos resultados.

Nos 9M12, as receitas do segmento residencial da Oi decresceram 8,9% face aos 9M11 para 7.385 milhões de reais, demonstrando uma forte melhoria sequencial (3T12: -3,8%; 2T12: -7,6% e 1T12: -11,5%), devido à contribuição positiva das receitas dos serviços de banda larga e de TV por subscrição em conjunto com a redução significativa do churn das linhas fixas. Este desempenho é explicado por uma oferta mais abrangente que, através de ofertas convergentes, reforçou a fidelidade dos clientes da rede fixa, levando ao aumento do ARPU do segmento residencial.

Nos 9M12, as receitas do segmento mobilidade pessoal da Oi ascenderam a 6.640 milhões de reais, tendo aumentado 10,0% face aos 9M11. As receitas de serviço da Oi aumentaram 8,2% face aos 9M11 para 4.596 milhões de reais, suportadas por: (1) maiores receitas de mensalidades devido ao aumento da base de clientes pós-pagos; (2) aumento das receitas de tráfego suportado pelo aumento dos clientes pré-pagos, e (3) maiores receitas de serviços 3G.

Demonstração dos resultados pro-forma ⁽¹⁾ • Oi	Milhões de reais, 100%		
	9M12	9M11	Δ11/12
Receita Líquida pro-forma	20.752	20.949	(0,9%)
Custos operacionais pro-forma	14.413	14.021	2,8%
Interligação	3.288	3.494	(5,9%)
Custos com pessoal	1.480	1.347	9,9%
Materiais	110	127	(13,4%)
Custo das mercadorias vendidas	335	148	126,4%
Serviços de Terceiros	6.035	5.435	11,0%
Publicidade e Propaganda	367	398	(7,8%)
Alugueres e Seguros	1.376	1.215	13,3%
Provisão para cobrança duvidosa	438	663	(33,9%)
Outras Desp. (Rec.) Operac.	983	1.194	(17,7%)
EBITDA pro-forma ⁽²⁾	6.338	6.928	(8,5%)
Margem EBITDA	30,5%	33,1%	(2,6pp)

(1) Os resultados pro-forma referem-se aos números da antiga TNL como se as incorporações tivessem ocorrido em 1 de janeiro de 2012. Os resultados da Oi consolidados proporcionalmente pela PT diferem dos valores apresentados na tabela acima uma vez que são ajustados de forma a cumprir com as políticas, estimativas e critérios contabilísticos da PT, incluindo diferenças relativamente ao formato da demonstração dos resultados. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações.

Nos 9M12, o EBITDA, como reportado pela Oi, decresceu 8,5% face aos 9M11, para 6.338 milhões de reais, com uma margem de 30,5%. Nos 9M12, o desempenho do EBITDA refletiu maiores custos operacionais (+2,8% face aos 9M11 para 14.413 milhões de reais), em resultado de aumentos em: (1) serviços de terceiros (+11,0% face aos 9M11), principalmente devido ao aumento das vendas, dos custos com conteúdos relacionados com o serviço de

02 Evolução dos negócios

TV por subscrição e a maiores custos de logística relacionados com a nova estratégia de marketing de equipamentos, e (2) custo das mercadorias vendidas (+126,4% face aos 9M11), explicado pelo retorno da Oi ao mercado de equipamentos, em linha com a sua estratégia de se focar no segmento de elevado valor. Este desempenho foi conseguido apesar de menores provisões para cobranças duvidosas.

Outros ativos internacionais

Nos 9M12, os outros ativos internacionais, numa base proforma, aumentaram as suas receitas proporcionais em 23,4% face aos 9M11, para 398 milhões de euros, e aumentaram o EBITDA em 22,9% face aos 9M11, para 193 milhões de euros, em resultado do sólido desempenho operacional e financeiro da maioria dos ativos internacionais da PT, não obstante um elevado nível de penetração em alguns mercados, e também de efeitos cambiais positivos. No 3T12, as receitas proporcionais e o EBITDA dos outros ativos internacionais, numa base proforma, aumentaram 25,4% e 30,0%, respetivamente.

Demonstração de resul. proporcional dos outros ativos internacionais ⁽¹⁾				Milhões de euros		
	3T12	3T11	Δ11/12	9M12	9M11	Δ11/12
Receitas operacionais	141,6	113,0	25,4%	397,9	322,3	23,4%
EBITDA ⁽²⁾	71,8	55,2	30,0%	193,3	157,2	22,9%
Amortizações	15,2	11,8	29,1%	42,6	34,5	23,3%
Resultado operacional ⁽³⁾	56,6	43,5	30,2%	150,7	122,7	22,8%
Margem EBITDA	50,7%	48,9%	1,8pp	48,6%	48,8%	(0,2pp)

(1) Consolidação proforma dos outros ativos internacionais considerando as participações detidas pela PT. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos.

Destaque dos principais ativos em África e na Ásia (9M12) ⁽¹⁾						Milhões (financeiros)		
	Posição	Rec. local	Δ11/12	EBITDA local	Δ11/12	Margem	Rec. euro	EBITDA euro
Unitel, Angola ^{(2) (4)}	25,00%	1.462	13,7%	852	17,0%	58,3%	1.141	665
MTC, Namíbia ^{(3) (4)}	34,00%	1.384	19,7%	668	13,1%	48,3%	134	65
CVT, Cabo Verde ^{(3) (4)}	40,00%	6.461	0,0%	3.175	(1,4%)	49,1%	59	29
CST, S.Tomé e Príncipe ^{(3) (4)}	51,00%	217.830	1,7%	59.250	0,6%	27,2%	9	2
CTM, Macau ⁽²⁾	28,00%	3.610	21,2%	1.024	3,2%	28,4%	353	100
Timor Telecom, Timor-Leste ⁽³⁾	41,12%	53	9,0%	30	15,6%	57,4%	41	24

(1) Referente a 100% das empresas. A PT tem contratos de gestão na CVT, CST e Timor Telecom. (2) Método de equivalência patrimonial. (3) Método de consolidação integral. (4) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT.

Nos 9M12, as receitas e o EBITDA da Unitel, em dólares americanos, aumentaram 13,7% para 1.462 milhões de dólares e 17,0% para 852 milhões de dólares, face aos 9M11. Nos 9M12, a Unitel apresentou um forte desempenho operacional e financeiro, suportado por campanhas bem sucedidas cujo objetivo é a promoção da utilização do serviço de voz e o aumento da penetração da banda larga móvel. A Unitel lançou também diversas iniciativas destinadas a reforçar os canais de distribuição e melhorar a qualidade da sua rede.

Nos 9M12, as receitas e o EBITDA da MTC aumentaram 19,7% e 13,1% face aos 9M11, atingindo 1.384 milhões de dólares namibianos e 668 milhões de dólares namibianos, respetivamente. Nos 9M12, a margem EBITDA foi de 48,3%. As receitas de dados representavam 22,9% das receitas de serviço, uma das mais elevadas do continente africano. Nos 9M12, a MTC centrou a sua atividade comercial e de marketing: (1) no lançamento de serviços 4G; (2) no desenvolvimento de campanhas para promover a utilização de serviços, e (3) em impulsionar o crescimento dos clientes de banda larga, sob a marca Netman.

02 Evolução dos negócios

Nos 9M12, as receitas da CVT mantiveram-se estáveis em 6.461 milhões de escudos cabo-verdianos enquanto o EBITDA diminuiu 1,4% face aos 9M11 para 3.175 milhões de escudos cabo-verdianos. A margem EBITDA foi de 49,1%. As receitas e o EBITDA foram impactados pela aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC 12). Excluindo estes efeitos, as receitas teriam aumentado 1,2% face aos 9M11 e o EBITDA teria diminuído 1,2% face ao mesmo período. Nos 9M12, as receitas móveis e fixas foram impactadas positivamente pelo crescimento das receitas de dados. Durante os 9M12, a CVT lançou: (1) novas ofertas de banda larga suportadas em serviços 3G; (2) serviços inovadores tais como o Stika-m-saldo (saldo adicional), e (3) diversas campanhas de estímulo à utilização de dados. Os clientes de banda larga e de IPTV aumentaram significativamente, representando 31,1% e 12,6% da base de clientes de rede fixa, respetivamente, impulsionando o crescimento da base de clientes da rede fixa (1,4% face aos 9T11).

Nos 9M12, as receitas e o EBITDA da CST aumentaram 1,7% e 0,6% face aos 9M11, para 217.830 milhões de dobras são-tomenses e para 59.250 milhões de dobras são-tomenses, respetivamente. A margem EBITDA foi de 27,2%. Nos 9M12, a CST lançou o seu serviço 3G e pretende atingir uma cobertura de 90% até ao final de 2012. Nos 9M12, o serviço móvel em São Tomé e Príncipe atingiu cerca de 72% de penetração.

Nos 9M12, as receitas e o EBITDA da CTM aumentaram 21,2% e 3,2% face aos 9M11, para 3.610 milhões de patacas e para 1.024 milhões de patacas, respetivamente. A margem EBITDA foi de 28,4%. O crescimento das receitas foi conseguido em resultado do aumento nas vendas de equipamentos. As receitas de dados representavam 25,1% das receitas de serviço móvel. Nos 9M12, a CTM lançou várias campanhas de marketing com o objetivo de aumentar a penetração de smartphones e de banda larga móvel.

Nos 9M12, as receitas e o EBITDA da Timor Telecom aumentaram 9,0% e 15,6% face aos 9M11, para 53 milhões de dólares e para 30 milhões de dólares, respetivamente, principalmente em resultado do forte aumento da base de clientes. A margem EBITDA foi de 57,4%. No final de setembro de 2012, a Timor Telecom atingiu 633 mil clientes móveis. As receitas de dados representavam 17,6% das receitas de serviço móvel. Nos 9M12, a Timor Telecom lançou novos planos de preços com tarifas mais competitivas e diversas campanhas para estimular o serviço de voz e de dados, com resultados positivos nos níveis de utilização e na geração de receitas, tendo também reforçado a sua rede de distribuição.

Demonstrações financeiras consolidadas

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

PERÍODOS DE NOVE E TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011

		euros			
	Notas	9M12	9M11 Reexpresso (Nota 2)	3T12	3T11 Reexpresso (Nota 2)
RECEITAS					
Prestações de serviços		4.686.505.503	4.222.054.643	1.526.749.864	1.674.140.159
Vendas		137.268.563	95.675.178	58.993.796	36.866.114
Outras receitas		160.145.430	98.087.941	53.479.731	36.012.141
	5	4.983.919.496	4.415.817.762	1.639.223.391	1.747.018.414
CUSTOS, PERDAS E (GANHOS)					
Custos com o pessoal		831.128.152	743.321.416	264.942.982	283.960.889
Custos diretos dos serviços prestados		828.308.367	716.154.377	267.959.049	299.250.904
Custos comerciais		413.404.245	351.407.150	148.624.618	140.650.576
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas		907.627.426	721.044.844	297.195.274	258.776.696
Impostos indiretos		180.218.916	121.400.649	57.546.617	55.870.785
Provisões e ajustamentos		94.407.308	108.448.283	15.182.075	54.268.529
Amortizações	12	1.037.685.982	944.069.371	354.249.478	364.630.075
Custos com benefícios de reforma	6	42.693.945	40.637.318	13.887.204	14.257.047
Custos com redução de efetivos	6	1.945.194	6.337.564	1.086.410	765.172
Perdas (ganhos) com a alienação de ativos fixos, líquidos		2.061.635	(42.943)	(45.309)	89.808
Outros custos (ganhos), líquidos	7	(8.860.573)	18.013.071	8.333.120	10.926.291
		4.330.620.597	3.770.791.100	1.428.961.518	1.483.446.772
Resultado antes de resultados financeiros e impostos		653.298.899	645.026.662	210.261.873	263.571.642
CUSTOS E (GANHOS) FINANCEIROS					
Juros suportados, líquidos	8	368.620.347	199.426.072	132.662.481	118.170.429
Ganhos em empresas participadas, líquidos	5	(160.425.411)	(169.098.713)	(64.836.102)	(46.599.246)
Outros custos financeiros, líquidos	9	68.802.574	86.543.057	21.652.920	17.070.168
		276.997.510	116.870.416	89.479.299	88.641.351
Resultado antes de impostos		376.301.389	528.156.246	120.782.574	174.930.291
Imposto sobre o rendimento	10	115.740.456	143.871.776	27.091.327	47.692.190
RESULTADO LÍQUIDO		260.560.933	384.284.470	93.691.247	127.238.101
Atribuível a interesses não controladores		71.672.543	82.796.650	30.035.682	37.795.328
Atribuível a acionistas da Portugal Telecom	11	188.888.390	301.487.820	63.655.565	89.442.773
Resultado líquido por ação					
Básico	11	0,22	0,35	0,07	0,10
Diluído	11	0,22	0,34	0,07	0,10

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

		euros			
	Notas	9M12	9M11 Reexpresso (Nota 2)	3T12	3T11 Reexpresso (Nota 2)
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio					
Ajustamentos de conversão cambial					
Conversão de operações em moeda estrangeira (i)		(324.913.774)	(466.265.947)	(81.436.765)	(438.084.355)
Transferências para resultados (ii)		-	(37.794.036)	-	-
Benefícios de reforma					
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos	6	(2.175.771)	(32.971.620)	13.394.484	(32.195.584)
Efeito fiscal	10	543.943	8.242.905	(3.348.621)	8.048.896
Contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros					
Variações no valor de mercado		14.233.319	(3.316.449)	12.656.761	(4.942.904)
Transferências para resultados		4.883.297	98.411	267.009	32.805
Efeito fiscal		(6.176.743)	852.780	(4.389.559)	1.301.176
Outros custos reconhecidos diretamente no capital próprio, líquidos (iii)		(14.490.067)	(11.830.527)	(13.006.773)	3.023.689
		(328.095.796)	(542.984.483)	(75.863.464)	(462.816.277)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados		260.560.933	384.284.470	93.691.247	127.238.101
Total dos resultados reconhecidos		(67.534.863)	(158.700.013)	17.827.783	(335.578.176)
Atribuível a interesses não controladores		15.928.293	6.942.764	11.971.258	(31.062.227)
Atribuível aos acionistas da Portugal Telecom		(83.463.156)	(165.642.777)	5.856.525	(304.515.949)

(i) As perdas registadas nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011 estão relacionadas essencialmente com o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro nos investimentos na Oi e na Contax.

(ii) Em 2011, esta rubrica corresponde ao valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial sobre o investimento na UOL, que foi reclassificado para a demonstração dos resultados (Nota 5) na sequência da conclusão da alienação deste investimento em janeiro de 2011.

(iii) Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui custos nos montantes de 6 milhões de euros e 10 milhões de euros, respetivamente, ambos relativos ao efeito fiscal sobre os dividendos recebidos pela Portugal Telecom no âmbito de contratos de equity swap sobre ações próprias e pela Telemar Norte Leste relativamente ao seu investimento na Portugal Telecom.

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS
PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011

euros

	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2010	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	693.283.402	3.836.598.153	4.392.448.562	216.696.573	4.609.145.135
Dividendos (Notas 11 e 15J)	-	-	-	-	-	(1.117.987.321)	(1.117.987.321)	(50.724.835)	(1.168.712.156)
Alteração no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	709.690.052	709.690.052
Ações da Portugal Telecom adquiridas pela Oi	-	(148.311.037)	-	-	-	-	(148.311.037)	-	(148.311.037)
Bonificação e resgate de ações da Brasil Telecom (Nota 1)	-	-	-	-	-	-	-	(86.347.388)	(86.347.388)
Aquisições, alienações e aumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	4.476.362	4.476.362
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(32.171.440)	32.171.440	-	-	-
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	(467.130.597)	(467.130.597)	(75.853.886)	(542.984.483)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados (reexpresso)	-	-	-	-	-	301.487.820	301.487.820	82.796.650	384.284.470
Saldo em 30 de setembro de 2011 (reexpresso)	26.895.375	(326.382.864)	6.773.139	6.970.320	661.111.962	2.585.139.495	2.960.507.427	800.733.528	3.761.240.955

euros

	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2011	26.895.375	(326.382.864)	6.773.139	6.970.320	556.543.594	2.557.270.220	2.828.069.784	914.102.973	3.742.172.757
Dividendos (Notas 11 e 15J)	-	-	-	-	-	(371.937.439)	(371.937.439)	(65.562.557)	(437.499.996)
Aquisições, alienações e aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	(12.825.000)	(12.825.000)
Reestruturação societária na Oi (Nota 1)	-	12.060.381	-	-	-	49.235.831	61.296.212	(271.876.616)	(210.580.404)
Ações da Portugal Telecom adquiridas pela Oi (Nota 15.m)	-	(23.198.433)	-	-	-	-	(23.198.433)	-	(23.198.433)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(22.386.773)	22.386.773	-	-	-
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	(272.351.546)	(272.351.546)	(55.744.250)	(328.095.796)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	188.888.390	188.888.390	71.672.543	260.560.933
Saldo em 30 de setembro de 2012	26.895.375	(337.520.916)	6.773.139	6.970.320	534.156.821	2.173.492.229	2.410.766.968	579.767.093	2.990.534.061

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

		euros	
	Notas	30 set 2012	31 dez 2011 Reexpresso (Nota 2)
ATIVO			
Ativo corrente			
Caixa e equivalentes de caixa		2.605.465.191	4.930.012.396
Investimentos de curto prazo		881.966.920	738.112.198
Contas a receber - clientes		1.516.958.302	1.580.334.752
Contas a receber - outros		332.256.666	332.635.396
Existências		165.015.970	133.506.967
Impostos a recuperar		404.464.664	374.500.400
Custos diferidos		116.596.993	73.584.328
Depósitos judiciais		218.259.910	229.321.275
Outros ativos correntes		10.857.057	41.028.329
Total do ativo corrente		6.251.841.673	8.433.036.041
Ativo não corrente			
Contas a receber		24.237.093	23.321.001
Impostos a recuperar		65.102.360	56.406.992
Investimentos financeiros		683.018.776	556.329.005
Ativos intangíveis	12	5.174.330.120	5.629.798.917
Ativos tangíveis	12	6.003.673.796	6.228.622.568
Benefícios de reforma	6	13.776.040	13.620.935
Ativos por impostos diferidos	10	1.218.485.476	1.247.784.040
Depósitos judiciais		948.766.423	854.761.888
Outros ativos não correntes		34.962.628	132.710.054
Total do ativo não corrente		14.166.352.712	14.743.355.400
Total do ativo		20.418.194.385	23.176.391.441
PASSIVO			
Passivo corrente			
Dívida de curto prazo	13	2.625.263.084	3.291.558.305
Contas a pagar		1.098.184.023	1.244.239.461
Acréscimos de custos		839.540.539	922.779.134
Proveitos diferidos		280.491.645	299.352.137
Impostos a pagar		443.801.557	411.776.877
Provisões		289.897.978	312.159.078
Outros passivos correntes	14	80.224.429	359.660.738
Total do passivo corrente		5.657.403.255	6.841.525.730
Passivo não corrente			
Dívida de médio e longo prazo	13	8.626.702.871	8.989.400.331
Contas a pagar		149.133.534	201.956.296
Impostos a pagar		317.192.850	314.374.825
Provisões		563.050.660	628.849.066
Benefícios de reforma	6	901.116.756	1.004.065.628
Passivos por impostos diferidos	10	953.816.573	1.052.457.228
Outros passivos não correntes	14	259.243.825	401.589.580
Total do passivo não corrente		11.770.257.069	12.592.692.954
Total do passivo		17.427.660.324	19.434.218.684
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social		26.895.375	26.895.375
Ações próprias		(337.520.916)	(326.382.864)
Reserva legal		6.773.139	6.773.139
Reserva de ações próprias		6.970.320	6.970.320
Reserva de reavaliação		534.156.821	556.543.594
Outras reservas e resultados acumulados		2.173.492.229	2.557.270.220
Capital próprio excluindo interesses não controladores		2.410.766.968	2.828.069.784
Interesses não controladores		579.767.093	914.102.973
Total do capital próprio		2.990.534.061	3.742.172.757
Total do capital próprio e do passivo		20.418.194.385	23.176.391.441

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011

	Notas	9M12	euros 9M11
ATIVIDADES OPERACIONAIS (Nota 15.a)			
Recebimentos de clientes		6.310.397.966	5.446.603.472
Pagamentos a fornecedores		(2.687.179.473)	(2.193.808.568)
Pagamentos ao pessoal		(820.195.335)	(746.419.877)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	15.b	(133.790.441)	(119.397.318)
Pagamentos relacionados com benefícios de reforma, líquidos	6	(148.514.815)	(148.645.463)
Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros	15.c	(1.358.960.064)	(964.108.432)
Fluxos das atividades operacionais (1)		1.161.757.838	1.274.223.814
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Aplicações financeiras de curto prazo	15.d	476.797.569	84.162.241
Investimentos financeiros	15.e	2.531.616	170.496.269
Ativos tangíveis e intangíveis		4.615.740	3.778.543
Juros e proveitos similares	15.f	162.918.309	247.921.023
Dividendos	15.g	57.379.086	146.949.883
Outras atividades de investimento	15.h	1.109.665	44.604.303
		705.351.985	697.912.262
Pagamentos respeitantes a:			
Aplicações financeiras de curto prazo	15.d	(619.102.852)	(213.805.349)
Investimentos financeiros	15.i	(106.381)	(2.267.219.583)
Ativos tangíveis e intangíveis	15.j	(1.166.130.928)	(877.102.712)
Outras atividades de investimento	15.i	(2.732.846)	(31.378.084)
		(1.788.073.007)	(3.389.505.728)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(1.082.721.022)	(2.691.593.466)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	15.k	3.900.157.485	5.326.583.616
Subsídios		1.467.753	726.972
Outras atividades de financiamento		-	855.205
		3.901.625.238	5.328.165.793
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	15.k	(4.744.489.108)	(3.606.285.886)
Juros e custos similares	15.f	(551.057.517)	(433.508.613)
Dividendos	15.l	(630.284.446)	(1.189.188.769)
Aquisição de ações próprias	15.m	(23.198.433)	(86.819.821)
Outras atividades de financiamento	15.n	(318.101.680)	(47.368.837)
		(6.267.131.184)	(5.363.171.926)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(2.365.505.946)	(35.006.133)
Caixa e seus equivalentes no início do período		4.930.012.396	4.764.732.734
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(2.286.469.130)	(1.452.375.785)
Efeito das diferenças de câmbio		(38.078.075)	(105.866.066)
Caixa e seus equivalentes de ativos não correntes detidos para venda		-	(2.973.018)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.605.465.191	3.203.517.865

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de Setembro de 2012

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

1. Introdução

A Portugal Telecom, SGPS, SA ("Portugal Telecom") e as suas empresas participadas ("Grupo", "Grupo Portugal Telecom", ou "Empresa") operam essencialmente nos sectores de telecomunicações e multimédia em Portugal, no Brasil e em outros países de África e da Ásia. Estes serviços não sofreram alterações significativas durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, quando comparados com os reportados pela Portugal Telecom no seu último relatório anual.

Em 27 de fevereiro de 2012, as assembleias gerais de acionistas da Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), Telemar Norte Leste S.A. ("Telemar"), Coari Participações ("Coari") e Brasil Telecom S.A. ("Brasil Telecom") aprovaram uma reorganização societária do Grupo Oi (a "Reorganização Societária"), no seguimento da qual a anterior estrutura societária composta pela TNL, Telemar, Coari e Brasil Telecom foi integrada na Brasil Telecom, a qual foi redenominada Oi, S.A. e passou a ser a única empresa do grupo cotada nos mercados de capitais Brasileiro e Americano. Esta Reorganização Societária consistiu:

- Na incorporação das ações da Telemar pela Coari, recebendo os acionistas da Telemar novas ações da Coari a serem emitidas, passando desta forma a Telemar a ser subsidiária integral da Coari;
- Na fusão da Coari na Brasil Telecom, deixando a Coari de existir e tornando-se a Telemar subsidiária integral da Brasil Telecom;
- Na fusão da TNL na Brasil Telecom, deixando a TNL de existir; e
- Numa bonificação em ações resgatáveis de emissão da Brasil Telecom a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da Brasil Telecom anteriores à incorporação, as quais, imediatamente após a sua emissão, seriam resgatadas pelo montante total de 1.502 milhões de Reais Brasileiros, situação que foi refletida no cálculo dos rácios de troca. Considerando o compromisso subjacente a estas operações, a Brasil Telecom reconheceu em 2011 este montante a pagar aos seus acionistas, incluindo 740 milhões de Reais Brasileiros a pagar ao seu anterior acionista controlador Coari Participações (49,3%), o qual era integralmente detido pela Telemar, e 762 milhões de Reais Brasileiros a pagar aos seus anteriores acionistas não controladores. Consequentemente, a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente o passivo relativo aos acionistas não controladores no montante de 86 milhões de euros à data da deliberação, o qual foi incluído na rubrica "Outros passivos correntes" (Nota 14). Em 9 de abril de 2012, a Oi, S.A. pagou o montante devido aos acionistas não controladores.

Em resultado da aprovação da Reorganização Societária e tendo terminado em 29 de março de 2012 o período de um mês durante o qual os acionistas podiam exercer os seus direitos de recesso, as participações no capital da Oi, S.A. (antiga Brasil Telecom), detidas diretamente por empresas consolidadas proporcionalmente nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom, eram como segue após a conclusão da Reorganização Societária: (1) a Telemar Participações tinha uma participação de 17,70% e manteve-se como acionista controlador do Grupo Oi, com 56,43% dos direitos de voto da Oi, S.A.; (2) a Portugal Telecom tinha uma participação de 15,54%, através da sua subsidiária integral Bratel Brasil, S.A.; e (3) a AG Telecom Participações, S.A. e a LF Tel, S.A. tinham uma participação de 4,54% cada uma. Consequentemente, a nova participação efetiva detida pela Portugal Telecom no Grupo Oi, o qual inclui atualmente 100% da Telemar e da Brasil Telecom e antes da reorganização incluía 100% da Telemar e 49,3% da Brasil Telecom, diminuiu da participação direta e indireta de 25,31% anteriormente detida na Telemar para uma participação direta e indireta de 23,25% na Oi, S.A. após a Reorganização Societária do Grupo Oi. A participação direta e indireta da Portugal Telecom na Telemar Participações (25,62%)

não sofreu qualquer alteração em resultado deste processo e portanto a Portugal Telecom continua a consolidar proporcionalmente o Grupo Oi com base nesta percentagem.

Em 9 de abril de 2012, no âmbito da Reorganização Societária acima explicada, a Oi, S.A. pagou um montante total de 2,0 mil milhões de Reais Brasileiros (Nota 15.n) relativamente ao exercício dos direitos de recesso pelos acionistas que o solicitaram. Também em 9 de abril de 2012, no âmbito da bonificação em ações resgatáveis da Brasil Telecom acima mencionada, a Oi, S.A. pagou aos seus anteriores acionistas não controladores antes da Reorganização Societária um montante total de 762 milhões de Reais Brasileiros (Nota 15.n), o qual está incluído na Demonstração Consolidada da Posição Financeira da Portugal Telecom em 31 de dezembro de 2011 na rubrica "Outros passivos correntes".

No âmbito da Reorganização Societária acima mencionada, a Portugal Telecom registou um ganho diretamente no capital próprio (antes de interesses não controladores) no montante de 61 milhões de euros, o qual reflete (1) um ganho de 252 milhões de euros correspondente à redução no valor contabilístico dos interesses não controladores, explicado essencialmente por uma maior diferença entre o justo valor e o valor contabilístico da Telemar, em comparação com essa mesma diferença aplicável à Brasil Telecom, e (2) uma perda de 191 milhões de euros correspondente ao montante pago pela Oi relativamente ao exercício dos direitos de recesso (211 milhões de euros), líquido do efeito em interesses não controladores (19 milhões de euros). Tendo em conta que esta reestruturação não envolveu a aquisição ou perda de controlo por qualquer das empresas envolvidas neste processo de reestruturação, uma vez que a Telemar Participações se manteve como acionista controlador e a Portugal Telecom manteve a sua posição de controlo conjunto sobre o Grupo Oi, esta transação foi reconhecida como uma transação de capital, com a redução nos interesses não controladores a ser registada como um ganho diretamente no capital próprio.

Não obstante a Reorganização Societária do Grupo Oi, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral e dos Fluxos de Caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 incluem os resultados e fluxos de caixa de todas as Empresas Oi desde 1 de janeiro de 2012.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para publicação em 29 de novembro de 2012.

2. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas pela União Europeia, incluindo todas as interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), aprovadas pela União Europeia.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade Nº. 34 "IAS 34 *Relato Financeiro Intercalar*". Consequentemente, estas demonstrações financeiras não incluem toda a informação requerida pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Adicionalmente, são divulgadas no relatório de gestão intercalar explicações complementares sobre as principais variações nos proveitos e custos, pelo que estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares deverão ser lidas em conjunto com esse relatório de gestão.

Nestas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são utilizados os mesmos princípios de consolidação aplicados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do último relatório anual.

Alterações no perímetro de consolidação

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, não ocorreram quaisquer alterações relevantes no perímetro de consolidação do Grupo.

Em 28 de março de 2011, a Portugal Telecom concluiu o processo de aquisição do seu investimento na Oi e na Contax e celebrou os acordos com os acionistas controladores destas empresas, por um montante total de 3.728 milhões de euros. No seguimento desta aquisição, a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente os ativos e passivos das empresas adquiridas a partir de 31 de março de 2011 e os seus resultados desde 1 de abril de 2011. Deste modo, as demonstrações consolidadas dos resultados e dos fluxos de caixa relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 não são inteiramente comparáveis com as mesmas demonstrações financeiras relativas ao período homólogo do ano anterior, uma vez que os resultados e fluxos de caixa da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores não foram consolidados proporcionalmente no trimestre findo em 31 de março de 2011.

Para um melhor entendimento das variações ocorridas na Demonstração Consolidada dos Resultados, a qual em 2012 inclui a contribuição da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores desde 1 de janeiro enquanto em 2011 inclui essa contribuição apenas a partir de 1 de abril, a tabela abaixo apresenta informação sobre a contribuição da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores para o resultado líquido atribuível aos acionistas da Portugal Telecom no trimestre findo em 31 de março de 2012:

Demonstração dos Resultados (i)	milhões de euros
RECEITAS	936
CUSTOS, DESPESAS E PERDAS	
Custos com o pessoal	188
Custos diretos	177
Custos comerciais	39
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas	201
Impostos indiretos	52
Provisões e ajustamentos	37
Amortizações (Nota 12)	161
Custos com benefícios de reforma, líquidos	1
Outros custos, líquidos	5
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	74
Juros suportados, líquidos (Nota 8)	66
Outros custos financeiros, líquidos (Nota 9)	15
Resultado antes de impostos	(7)
Imposto sobre o rendimento (Nota 10)	(13)
Resultado líquido (antes de interesses não controladores)	6
Resultados atribuíveis a interesses não controladores	3
Prejuízo atribuível a acionistas da Portugal Telecom	2

(i) Embora as demonstrações financeiras estatutárias da Oi, SA de 31 de março de 2012 incluam três meses dos resultados da antiga Brasil Telecom (agora Oi, S.A.) e apenas um mês dos resultados da Telemar e da TNL desde 1 de março de 2012 (data a partir da qual estas empresas foram integradas na nova Oi, S.A.), no seguimento da aprovação da Reorganização Societária em 27 de fevereiro de 2012, a Demonstração dos Resultados para o trimestre findo em 31 de março de 2012 apresentada na tabela acima inclui os resultados de todas as empresas do Grupo Oi desde 1 de janeiro de 2012. Esta Demonstração dos Resultados inclui também os resultados da Contax e dos acionistas controladores. Adicionalmente, as demonstrações financeiras da Oi e da Contax foram ajustadas por forma a cumprir com as políticas, estimativas e critérios contabilísticos adotados pela Portugal Telecom, incluindo o efeito da amortização dos ativos intangíveis reconhecidos no âmbito do processo de alocação do preço de compra.

Conclusão da alocação do preço de compra dos investimentos na Oi e Contax

Conforme referido no Relatório Anual de 2011, no seguimento da identificação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos no âmbito da aquisição dos investimentos na Oi e na Contax, a alocação do preço de compra destas concentrações empresariais registada em 31 de dezembro de 2011 estava sujeita a alterações até ao final do período de um ano desde a data de aquisição, conforme previsto na IFRS 3 *Concentrações Empresariais*. Durante o primeiro trimestre de 2012, a Portugal Telecom obteve toda a informação necessária para concluir o cálculo final do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos no âmbito destas operações e, em resultado das alterações efetuadas à alocação do preço de compra registada em 31 de dezembro de 2011, a Demonstração Consolidada da Posição Financeira àquela data foi reexpressa, de modo a refletir essas alterações como se as mesmas tivessem sido reconhecidas na data de aquisição. Neste âmbito, a Portugal Telecom concluiu a valorização dos passivos contingentes, tendo reconhecido um montante total de 233 milhões de euros correspondente ao justo valor dos passivos contingentes relativos a obrigações contratuais e a contingências cíveis, laborais e fiscais.

Os impactos da reexpressão acima mencionada na Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011				euros
	Demonstração refletindo a alocação preliminar do preço de compra	Impactos das alterações à alocação preliminar do preço de compra	Demonstração reexpressa refletindo a alocação final do preço de compra	
ATIVO				
Ativo corrente	8.433.036.041	-	8.433.036.041	
Ativo não corrente				
Ativos intangíveis	5.424.100.459	205.698.458	5.629.798.917	
Ativos tangíveis	6.228.622.568	-	6.228.622.568	
Ativos por impostos diferidos	1.220.882.009	26.902.031	1.247.784.040	
Outros ativos não correntes	1.637.149.875	-	1.637.149.875	
Total do ativo não corrente	14.510.754.911	232.600.489	14.743.355.400	
Total do ativo	22.943.790.952	232.600.489	23.176.391.441	
PASSIVO				
Passivo corrente				
Provisões	282.487.720	29.671.358	312.159.078	
Outros passivos correntes	6.529.366.652	-	6.529.366.652	
Total do passivo corrente	6.811.854.372	29.671.358	6.841.525.730	
Passivo não corrente				
Provisões	579.396.803	49.452.263	628.849.066	
Outros passivos não correntes	247.479.376	154.110.204	401.589.580	
Outros	11.562.254.308	-	11.562.254.308	
Total do passivo não corrente	12.389.130.487	203.562.467	12.592.692.954	
Total do passivo	19.200.984.859	233.233.825	19.434.218.684	
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital próprio excluindo interesses não controladores	2.828.069.784	-	2.828.069.784	
Interesses não controladores	914.736.309	(633.336)	914.102.973	
Total do capital próprio	3.742.806.093	(633.336)	3.742.172.757	
Total do capital próprio e do passivo	22.943.790.952	232.600.489	23.176.391.441	

Os impactos da reexpressão discriminados na tabela acima resultaram num aumento do goodwill relativo à aquisição dos investimentos na Oi e na Contax em 206 milhões de euros a 31 de dezembro de 2011, face ao montante total de 846 milhões de euros registado de forma preliminar àquela data e incluído no relatório anual de 2011. Considerando a taxa de câmbio aplicável na data de aquisição, em 28 de março de 2011, o goodwill preliminar de 904 milhões de euros, reportado no relatório anual de 2011, foi aumentado em 220 milhões de euros para um goodwill final de 1.123 milhões de euros relativo à aquisição dos investimentos na Oi e na Contax pelo montante total de 3.728 milhões de euros.

Anteriormente à alocação inicial do preço de compra dos investimentos na Oi e na Contax que foi registada em 31 de dezembro de 2011, a Empresa, numa base preliminar, tinha alocado a goodwill a totalidade da diferença entre o preço de compra e o valor contabilístico dos ativos líquidos adquiridos. Consequentemente, em resultado da alocação inicial registada em 31 de dezembro de 2011, a Portugal Telecom reexpressou as Demonstrações Consolidadas dos Resultados para os períodos de nove e três meses findos em

30 de setembro de 2011, de modo a refletir a amortização dos ativos intangíveis reconhecidos no âmbito da alocação do preço de compra como se os mesmos tivessem sido registados na data de aquisição. Os impactos desta reexpressão são como segue:

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS NOS NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011				euros
	Demonstração anterior à alocação inicial do preço de compra	Impactos da alocação inicial do preço de compra	Demonstração reexpressa refletindo a alocação do preço de compra	
Receitas totais	4.415.817.762	-	4.415.817.762	
Custos, perdas e (ganhos)				
Amortizações	913.998.536	30.070.835	944.069.371	
Outros custos operacionais, líquidos	2.826.721.729	-	2.826.721.729	
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	675.097.497	(30.070.835)	645.026.662	
Resultados financeiros	(116.870.416)	-	(116.870.416)	
Imposto sobre o rendimento	(155.088.583)	11.216.807	(143.871.776)	
Resultado líquido	403.138.498	(18.854.028)	384.284.470	
Atribuível a interesses não-controladores	69.667.004	13.129.646	82.796.650	
Atribuível a acionistas da Portugal telecom	333.471.494	(31.983.674)	301.487.820	
Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal telecom				
Básico	0,39	(0,04)	0,35	
Diluído	0,38	(0,03)	0,34	

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS NO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011				euros
	Demonstração anterior à alocação inicial do preço de compra	Impactos da alocação inicial do preço de compra	Demonstração reexpressa refletindo a alocação do preço de compra	
Receitas totais	1.747.018.414	-	1.747.018.414	
Custos, perdas e (ganhos)				
Amortizações	349.564.062	15.066.013	364.630.075	
Outros custos operacionais, líquidos	1.118.816.697	-	1.118.816.697	
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	278.637.655	(15.066.013)	263.571.642	
Resultados financeiros	(88.641.351)	-	(88.641.351)	
Imposto sobre o rendimento	(53.309.631)	5.617.441	(47.692.190)	
Resultado líquido	136.686.673	(9.448.572)	127.238.101	
Atribuível a interesses não-controladores	31.079.840	6.715.488	37.795.328	
Atribuível a acionistas da Portugal telecom	105.606.833	(16.164.060)	89.442.773	
Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal telecom				
Básico	0,12	(0,02)	0,10	
Diluído	0,12	(0,02)	0,10	

3. Políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

As políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas aplicados na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são consistentes com os aplicados no último relatório anual da Portugal Telecom.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, entraram em vigor as seguintes normas, normas revistas ou interpretações adotadas pela União Europeia cuja adoção não teve impacto nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom:

- Alterações à IFRS 7 *Instrumentos Financeiros*

Em 2012, o IASB emitiu as seguintes normas, normas revistas ou interpretações, ainda não adotadas pela União Europeia e cuja data de adoção obrigatória definida pelo IASB apenas ocorre em exercícios subsequentes:

- Em 13 de março 2012, o IASB emitiu alterações à IFRS 1 *Adoção pela Primeira Vez das IFRS* que respeitam aos financiamentos obtidos de entidades governamentais a taxas inferiores às praticadas no mercado, dispensando as empresas em processo de adoção pela primeira vez das IFRS da aplicação retrospectiva integral das IFRS na contabilização destes financiamentos na data de transição. Estas alterações não são aplicáveis à Portugal Telecom.
- Em 28 de junho de 2012, o IASB emitiu *Demonstrações Financeiras Consolidadas, Empreendimentos Conjuntos e Divulgação de Interesses em Outras Entidades: Guia de Transição* (Alterações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12). Estas alterações clarificam as orientações de transição incluídas na IFRS 10 *Demonstrações Financeiras Consolidadas* e também incluem exceções adicionais de transição nas IFRS 10, IFRS 11 *Empreendimentos Conjuntos* e IFRS 12 *Divulgação de Interesses em Outras Entidades*, limitando o requisito de disponibilizar informação comparativa ajustada apenas para um período comparativo. Adicionalmente, para divulgações relacionadas com entidades estruturadas não consolidadas, estas alterações irão remover o requisito de apresentar informação comparativa para períodos anteriores à adoção inicial da IFRS 12.
- Em 31 outubro de 2012, o IASB emitiu alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais se aplicam a uma classe específica de negócio que designou por *Entidades de Investimento*. O IASB utiliza a terminologia entidade de investimento para se referir a uma entidade cuja atividade é o investimento em fundos apenas para obter valorização de capital, retorno de investimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente mensurar a performance dos seus investimentos numa base de justo valor. Estas entidades podem incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento. Estas alterações permitem uma exceção aos requisitos de consolidação do IFRS 10 e exigem que as entidades de investimento mensurem as suas subsidiárias ao justo valor, através de ganhos e perdas, em vez de consolidar essas mesmas entidades. Estas alterações têm aplicação efetiva a partir de 1 de janeiro de 2014.

Em anos anteriores, o IASB emitiu as seguintes normas, normas revistas ou interpretações que ainda não foram adotadas pela União Europeia, cuja data de adoção obrigatória definida pelo IASB ocorre na maioria dos casos em anos subsequentes, embora em alguns casos essa data de adoção tenha ocorrido em 2012 ou em anos anteriores, sendo que nestes casos as respetivas normas ou normas revistas não têm impacto nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom:

- Alterações à IFRS 1 *Adoção pela Primeira Vez das IFRS*, emitida em dezembro de 2010;
- Alterações à IAS 12 *Impostos Diferidos*, emitida em dezembro de 2010;
- IFRS 9 *Mensuração dos Instrumentos Financeiros*, emitida em maio de 2011;
- IFRS 10 *Demonstrações Financeiras Consolidadas*, emitida em maio de 2011;
- IFRS 11 *Empreendimentos Conjuntos*, emitida em maio de 2011;
- IFRS 12 *Divulgação de Participação em Outras Entidades*, emitida em maio de 2011;
- IFRS 13 *Mensuração do Justo Valor*, emitida em maio de 2011;
- Alterações à IAS 27 *Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas* e IAS 28 *Investimentos em Associadas*, emitidas em maio de 2011;
- Alterações à IAS 32 *Instrumentos Financeiros: Apresentação*, emitida em dezembro de 2011; e

- Alterações à IFRS 7 *Instrumentos Financeiros: Divulgações*, emitida em dezembro de 2011.

Em anos anteriores, o IASB emitiu as seguintes normas, normas revistas ou interpretações já adotadas pela União Europeia mas cuja data de adoção obrigatória apenas ocorre em exercícios subsequentes:

- Alterações ao IAS 1 *Apresentação de Demonstrações Financeiras* emitido em junho 2011; e
- Alterações ao IAS 19 *Benefícios aos Empregados* em junho de 2011.

4. Taxas de Câmbio

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os ativos e passivos expressos em Reais Brasileiros foram convertidos para Euros com base nas taxas de câmbio de 2,6232 e 2,4159 Reais Brasileiros em relação ao Euro, respetivamente. Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa de empresas participadas expressas em Reais Brasileiros foram convertidas para Euros com base nas taxas de câmbio médio de 2,4555 e 2,2942 Reais Brasileiros em relação ao Euro, respetivamente.

5. Reporte de segmentos

A identificação e apresentação dos segmentos operacionais é consistente com os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2011 e são como segue: (i) Telecomunicações em Portugal; e (ii) Telecomunicações no Brasil - Oi. Não existe nenhuma diferença entre os segmentos operacionais e os reportados.

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, as receitas por segmento operacional e respetiva contribuição para as receitas consolidadas foram como segue:

	9M12			9M11		
	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas
Receitas relativas aos segmentos reportados:						
Telecomunicações em Portugal (i)	2.040.243.252	(17.983.953)	2.022.259.299	2.173.602.149	(17.092.067)	2.156.510.082
Telecomunicações no Brasil - Oi (ii)	2.295.509.273	(3.329.335)	2.292.179.938	1.633.713.628	(2.200.648)	1.631.512.980
Receitas relativas a outras operações (iii)	1.153.425.093	(483.944.834)	669.480.259	1.077.219.510	(449.424.810)	627.794.700
Receitas consolidadas do Grupo			4.983.919.496			4.415.817.762

	3T12			3T11		
	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas
Receitas relativas aos segmentos reportados:						
Telecomunicações em Portugal (i)	681.788.783	(6.243.221)	675.545.562	731.008.804	(7.213.977)	723.794.827
Telecomunicações no Brasil - Oi (ii)	753.443.309	(1.356.948)	752.086.361	801.442.855	(1.096.111)	800.346.744
Receitas relativas a outras operações (iii)	385.314.201	(173.722.733)	211.591.468	379.261.044	(156.384.201)	222.876.843
Receitas consolidadas do Grupo			1.639.223.391			1.747.018.414

- (i) A redução nas receitas antes de eliminações das operações de telecomunicações em Portugal nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2012 (133 milhões de euros e 49 milhões de euros, respetivamente), em comparação com os mesmos períodos do ano anterior, é explicada essencialmente por: (1) menores receitas no segmento de clientes Empresariais (66 milhões de euros e 20 milhões de euros, respetivamente), impactadas por pressão tanto no preço como no consumo, quer ao nível das PME's quer das grandes empresas, por um corte significativo de custos na administração pública e pela ausência de novos projetos nas empresas de maior dimensão; (2) uma redução nas receitas do segmento de cliente Pessoal (58 milhões de euros e 22 milhões de euros, respetivamente), em resultado de menores receitas de cliente (43 milhões de euros e 18 milhões de euros, respetivamente), as quais refletem condições económicas adversas e pressão ao nível do preço, menores receitas de interligação (14 milhões de euros e 5 milhões de euros, respetivamente), no seguimento da redução das Tarifas de Terminação Móvel ("MTR's"), e diminuição das vendas; e (3) uma redução nas receitas do segmento de cliente Wholesale e outros (33 milhões de euros e 14 milhões de euros, respetivamente), em resultado de menores receitas de tráfego e circuitos alugados, do declínio no negócio de postos públicos e de menores receitas provenientes do

negócio de listas telefónicas (9 milhões de euros e 3 milhões de euros, respetivamente). Estes efeitos foram parcialmente compensados por um aumento nas receitas do segmento de clientes Residencial (24 milhões de euros e 7 milhões de euros, respetivamente), relacionado essencialmente com as receitas de televisão por subscrição e banda larga, as quais estão suportadas no sucesso das ofertas *double* e *triple play* do Meo.

- (ii) O aumento registado nesta rubrica reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi no primeiro trimestre de 2012 (788 milhões de euros), uma vez que este negócio foi consolidado proporcionalmente apenas a partir de 1 de abril de 2011 (Nota 2), parcialmente compensado pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (154 milhões de euros). Excluindo estes efeitos, o aumento nas receitas, no montante de 27 milhões de euros, reflete um aumento nas vendas e outras receitas operacionais (63 milhões de euros), parcialmente compensado por uma diminuição nos serviços prestados (36 milhões de euros). A redução na prestação de serviços é explicada essencialmente por menores receitas de voz fixa o que mais do que compensou o aumento no negócio móvel pessoal.
- (iii) O aumento no contributo das outras operações para as receitas consolidadas reflete o impacto da consolidação proporcional da Contax no primeiro trimestre de 2012 (148 milhões de euros), consolidada proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, parcialmente compensado pela contribuição do negócio da Dedic/GPTI no primeiro semestre de 2011 (134 milhões de euros), uma vez que este negócio foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e integrado na Contax desde então, no seguimento da conclusão da troca do investimento detido pela Portugal Telecom na Dedic/GPTI por uma participação adicional na Contax. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, a contribuição das outras operações para as receitas consolidadas aumentou 27 milhões de euros, refletindo essencialmente uma melhoria nas receitas dos negócios internacionais, nomeadamente, a Cabo Verde Telecom e a MTC, na Namíbia.

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, a reconciliação entre o resultado antes de resultados financeiros e impostos dos segmentos operacionais e o resultado líquido do Grupo é como segue:

	9M12	9M11	3T12	3T11
				euros
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo aos segmentos operacionais:				
Telecomunicações em Portugal (i)	389.444.771	422.177.145	109.639.058	141.466.247
Telecomunicações no Brasil - Oi (ii)	238.166.601	208.117.823	86.236.016	105.181.969
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo a outras operações (iii)	25.687.527	14.731.694	14.386.799	16.923.426
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	653.298.899	645.026.662	210.261.873	263.571.642
Ganhos e (custos) financeiros:				
Juros suportados, líquidos (Nota 8)	(368.620.347)	(199.426.072)	(132.662.481)	(118.170.429)
Ganhos em empresas associadas, líquidos (iv)	160.425.411	169.098.713	64.836.102	46.599.246
Outros custos financeiros, líquidos (Nota 9)	(68.802.574)	(86.543.057)	(21.652.920)	(17.070.168)
Imposto sobre o rendimento (Nota 10)	(115.740.456)	(143.871.776)	(27.091.327)	(47.692.190)
Resultado líquido	260.560.933	384.284.470	93.691.247	127.238.101

- (i) A redução ocorrida nesta rubrica no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, face ao mesmo período do ano anterior, é essencialmente explicada por menores receitas de serviço líquidas (receitas de serviços menos custos diretos), as quais mais do que compensaram os seguintes efeitos: (1) uma redução nos custos com fornecimentos e serviços externos explicada pela implementação de uma política de corte de custos nas operações em Portugal e por uma redução nas despesas de manutenção e reparação em resultado do desenvolvimento da rede de FTTH; (2) menores custos de depreciação e amortização, explicados essencialmente pela substituição de equipamentos 2G por equipamentos compatíveis com a tecnologia LTE (4G), no seguimento da qual a TMN tinha acelerado a amortização dos equipamentos 2G no primeiro semestre de 2011 até 30 de junho (Nota 12); (3) uma redução nos custos com o pessoal, em resultado da política de corte de custos, incluindo menores remunerações variáveis e em horário extraordinário, melhoria do nível de eficiência em determinados processos internos, e menores gastos com pessoal em resultado da execução do programa de redução de efetivos implementado no final de 2011; e (4) um ganho registado na rubrica "Outros custos (ganhos), líquidos" relativo à compensação líquida a receber do Estado por custos suportados pela PT Comunicações em anos anteriores no âmbito das obrigações do serviço universal previstas no Contrato de Concessão (Nota 7).
- (ii) Tal como mencionado na Nota 2, os resultados da Oi foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, o que explica o aumento desta rubrica no período de nove meses findo a 30 de setembro de 2012 face ao mesmo período do ano anterior, parcialmente compensado pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro. Excluindo estes efeitos, a contribuição da Oi para o resultado antes de resultados financeiros e impostos teria diminuído essencialmente em resultado de: (1) um aumento nos fornecimentos e serviços externos, devido essencialmente a uma maior capilaridade dos canais de distribuição; (2) custos com pessoal mais elevados em resultado do aumento no número de empregados e de uma reestruturação organizacional, incluindo novas estruturas comerciais regionais de modo a melhorar a performance operacional em cada região; e (3) um ganho registado no terceiro trimestre de 2011 relacionado com um reembolso a receber da Sistel relacionado com o excesso de financiamento de um plano de benefícios de reforma.
- (iii) O aumento nesta rubrica reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Contax no primeiro trimestre de 2012 e perdas registadas no negócio da Dedic/GPTI no primeiro semestre de 2011.
- (iv) No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, esta rubrica inclui um ganho de 38 milhões de euros registado no primeiro trimestre relacionado com a conclusão da alienação da participação na UOL, por um montante total de 155,5 milhões de euros (Nota 15.e). Ajustando por este efeito, os ganhos em empresas associadas teriam aumentado de 131 milhões de euros para 160 milhões de euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, refletindo principalmente a melhoria nos resultados da Unitel e da CTM.

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis por segmento operacional e a reconciliação dos mesmos com os investimentos consolidados são como segue (Nota 12):

	euros			
	9M12	9M11	3T12	3T11
Telecomunicações em Portugal	370.441.555	400.488.943	132.062.590	149.605.882
Telecomunicações no Brasil - Oi (i)	423.464.075	223.178.934	205.834.943	106.545.274
Outros negócios	96.274.278	80.100.379	30.160.452	29.632.704
	890.179.908	703.768.256	368.057.985	285.783.860

(i) Esta rubrica exclui os investimentos efetuados pela Oi no segundo trimestre de 2012 no âmbito da aquisição de licenças 4G pelo montante total de 400 milhões de Reais, equivalentes a 42 milhões de euros consolidados proporcionalmente nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom.

A variação nos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis nos períodos de nove e três meses findo em 30 de setembro de 2012, face ao mesmo período do ano anterior, reflete essencialmente os seguintes efeitos:

- Uma redução nos investimentos realizados pelas operações em Portugal, refletindo: (1) uma diminuição nos investimentos relacionados com clientes, maioritariamente explicada por menores custos unitários dos equipamentos, menores adições líquidas de clientes e uma menor taxa de desligamento nos serviços de TV por subscrição e de banda larga; e (2) uma diminuição nos investimentos em infraestrutura, em resultado do investimento significativo realizado nos últimos anos, nomeadamente no período 2008-2011, na implementação da rede de fibra, na modernização da rede 2G e no reforço da cobertura e capacidade da rede 3G e 3,5G, e não obstante o investimento na implementação da rede 4G LTE em 2012. Os investimentos realizados no negócio de telecomunicações em Portugal têm sido direcionados essencialmente para tecnologias de ponta, em particular FTTH, incluindo a cobertura das estações base móveis com fibra, e 4G/LTE.
- Um aumento na contribuição da Oi para os investimentos consolidados em ativos tangíveis e intangíveis, a qual ascendeu a 423 milhões de euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, face a 223 milhões de euros no período de nove meses findo a 30 de setembro de 2011. Este aumento de 200 milhões de euros é explicado essencialmente pelo efeito da consolidação proporcional no primeiro trimestre de 2012 (121 milhões de euros), parcialmente compensado pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (29 milhões de euros). Excluindo estes efeitos, a contribuição da Oi para os investimentos consolidados em ativos tangíveis e intangíveis teria aumentado 108 milhões de euros, devido essencialmente aos investimentos realizados em 2012 na expansão da rede de banda larga e na cobertura da rede 3G; e
- Um aumento nos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis nos outros negócios (16 milhões de euros), explicado essencialmente pelo impacto da consolidação proporcional da Contax no primeiro trimestre de 2012 (5 milhões de euros) e, igualmente, por maiores investimentos em ativos tangíveis e intangíveis na MTC (18 milhões de euros), sobretudo em resultado dos investimentos efetuados no cabo submarino africano e no desenvolvimento de rede 4G, e na Cabo Verde Telecom (5 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados pelos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis na Dedic/GPTI no primeiro semestre de 2011, negócio consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e integrado na Contax desde então.

6. Benefícios de reforma

Em 30 de setembro de 2012, a Empresa não obteve um estudo atuarial para reconhecer os benefícios de reforma, pelo que os custos registados durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 baseiam-se no estudo atuarial de 31 de dezembro 2011, ajustados apenas pelos custos com redução de efetivos incorridos durante esse período.

Em 30 de setembro de 2012, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma das operações em Portugal, as quais estão relacionadas com complementos de pensões e cuidados de saúde, ascendiam a 471 milhões de euros, sendo que o valor de mercado dos ativos dos planos ascendia a 372 milhões de euros, face a 474 milhões de euros e 345 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, respetivamente. Adicionalmente, a Portugal Telecom tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 722 milhões de euros em 30 de setembro de 2012, face a 782 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Estes salários são pagos diretamente pela Portugal Telecom aos seus beneficiários numa base mensal, até estes atingirem a idade de reforma. Em 30 de setembro de 2012, a Portugal Telecom tinha ganhos com serviços passados não reconhecidos relativos a direitos não vencidos no

montante de 16 milhões de euros, pelo que as responsabilidades líquidas com benefícios de reforma das operações em Portugal registadas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira ascendiam a 837 milhões de euros, face a 929 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011. Adicionalmente, após a aquisição do investimento na Oi, concluída em 28 de março de 2011, a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente as responsabilidades com benefícios de reforma desta empresa, as quais ascendiam a 51 milhões de euros em 30 de setembro de 2012 e 62 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos nas responsabilidades com benefícios de reforma, líquidas do valor de mercado dos ativos dos planos e dos ganhos com serviços passados não reconhecidos, foram como segue:

	Operações em Portugal						Oi		Total
	Complementos de pensões	Cuidados de saúde	Salários a pré-reformados e empregados suspensos		Pensões	Cuidados de saúde	Sub-total		
				Sub-total					
Saldo em 31 de dezembro de 2011	27.625.872	118.572.052	782.498.256	928.696.180	61.354.018	394.495	61.748.513	990.444.693	
Custos (ganhos) com benefícios de reforma do período	(345.774)	3.203.477	19.307.452	22.165.155	3.828.571	29.543	3.858.114	26.023.269	
Custos com redução de efetivos	-	-	491.865	491.865	-	-	-	491.865	
Perdas (ganhos) atuariais, líquidas	(3.587.695)	(29.011.930)	34.775.396	2.175.771	-	-	-	2.175.771	
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(1.944.421)	379.369	(115.424.613)	(116.989.665)	(10.339.852)	(42)	(10.339.894)	(127.329.559)	
Ajustamentos de conversão cambial	-	-	-	-	(4.432.276)	(33.047)	(4.465.323)	(4.465.323)	
Saldo em 30 de setembro de 2012	21.747.982	93.142.968	721.648.356	836.539.306	50.410.461	390.949	50.801.410	887.340.716	

	Operações em Portugal						Oi		Total
	Complementos de pensões	Cuidados de saúde	Salários a pré-reformados e empregados suspensos		Pensões	Cuidados de saúde	Sub-total		
				Sub-total					
Saldo em 31 de dezembro de 2010	25.772.632	16.767.576	924.324.397	966.864.605	-	-	-	966.864.605	
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	-	52.083.050	406.094	52.489.144	52.489.144	
Custos (ganhos) com benefícios de reforma do período	(536.463)	(1.328.197)	23.539.309	21.674.649	3.257.715	21.325	3.279.040	24.953.689	
Custos com redução de efetivos	-	-	3.778.437	3.778.437	-	-	-	3.778.437	
Perdas atuariais, líquidos	7.956.834	25.014.786	-	32.971.620	-	-	-	32.971.620	
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(677.781)	(2.017.820)	(127.570.339)	(130.265.940)	(303.751)	(1.540)	(305.291)	(130.571.231)	
Ajustamentos de conversão cambial	-	-	-	-	(4.424.623)	(34.224)	(4.458.847)	(4.458.847)	
Saldo em 30 de setembro de 2011	32.515.222	38.436.345	824.071.804	895.023.371	50.612.391	391.655	51.004.046	946.027.417	

Alguns planos de benefícios de reforma que apresentam posições excedentárias, para os quais se pode reconhecer um ativo por ser possível assegurar o reembolso do excesso de financiamento dos mesmos, são apresentados separadamente na Demonstração Consolidada da Posição Financeira dos saldos daqueles planos com posição deficitária. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o valor líquido das responsabilidades com benefícios de reforma foi reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira como segue:

	euros	
	30 set 2012	31 dez 2011
Planos de pensões com uma posição deficitária	85.934.483	102.600.825
Salários devidos a pré-reformados e empregados suspensos	721.648.356	782.498.256
Planos de cuidados de saúde com uma posição deficitária	93.533.917	118.966.547
Planos com uma posição deficitária	901.116.756	1.004.065.628
Planos de pensões com uma posição excedentária	(13.776.040)	(13.620.935)
	887.340.716	990.444.693

O detalhe dos custos com benefícios de reforma nos períodos e nove e três meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 é como segue:

	euros			
	9M12	9M11	3T12	3T11
Custos com benefícios de reforma				
Operações em Portugal				
Custo do serviço do período	2.641.778	2.645.700	880.593	881.900
Custo financeiro	35.602.019	39.750.466	11.867.339	13.249.981
Rendimento estimado dos fundos	(14.938.817)	(19.579.748)	(4.979.605)	(6.526.582)
Amortização de ganhos com serviços passados	(1.139.825)	(1.141.769)	(379.942)	(380.591)
	22.165.155	21.674.649	7.388.385	7.224.708
Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (i)	16.670.676	15.683.629	5.243.813	5.328.926
Sub-total	38.835.831	37.358.278	12.632.198	12.553.634
Oi				
Custo do serviço do período	1.872.267	513.209	602.842	255.898
Custo financeiro	106.592.743	46.940.172	34.321.277	23.405.459
Rendimento estimado dos fundos	(185.874.505)	(69.094.848)	(59.848.758)	(34.452.294)
Amortização de ganhos com serviços passados	(287)	(103.901)	(92)	(51.807)
Efeito do limite num ativo de benefícios definidos (ii)	81.267.896	25.024.408	26.179.737	12.546.157
Sub-total	3.858.114	3.279.040	1.255.006	1.703.413
Total de custos com benefícios de reforma	42.693.945	40.637.318	13.887.204	14.257.047
Custos com redução de efetivos				
Custo de curtailment	491.865	3.778.437	29.908	29.280
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho	1.453.329	2.559.127	1.056.502	735.892
Total de custos de redução de efetivos	1.945.194	6.337.564	1.086.410	765.172

- (i) Esta rubrica está relacionada com as contribuições para a Segurança Social relativas ao serviço anual de empregados ativos que tinham direito a benefícios de reforma no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.
- (ii) A Oi tem diversos planos que apresentam uma situação excedentária cujos ativos não são registados por não ser possível assegurar o reembolso do excesso de financiamento dos mesmos; consequentemente, de acordo com o previsto na IFRIC 14 *Limite sobre um Ativo de Benefícios Definidos, Requisitos Mínimos de Financiamento e Respetiva Interação*, são reconhecidas perdas para aqueles planos em que não é possível reconhecer um ativo.

O detalhe dos ganhos (perdas) atuariais líquidos reconhecidos na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, os quais dizem respeito às operações em Portugal, é como se segue:

	euros			
	9M12	9M11	3T12	3T11
Alterações nos pressupostos atuariais (i)	(34.775.396)	36.259.333	-	-
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais (ii)	32.599.625	(69.230.953)	13.394.484	(32.195.584)
	(2.175.771)	(32.971.620)	13.394.484	(32.195.584)

- (i) No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, esta rubrica corresponde ao impacto estimado da adopção do Dec-Lei 85-A/2012, o qual suspendeu o regime de reforma antecipada durante o período de assistência financeira a Portugal, resultando num aumento dos salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados até à idade da reforma. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, o ganho registado nesta rubrica corresponde à revisão do pressuposto atuarial da taxa de desconto, de 4,75% para 5,50% para responsabilidades com benefícios de cuidados de saúde e de 4,75% para 5,00% para responsabilidades com complementos de pensões.
- (ii) Os ganhos e perdas atuariais líquidos registadas nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 estão relacionados com a diferença entre a rentabilidade real e estimada dos ativos dos planos de benefícios de reforma. Nos períodos de nove meses findos a 30 de setembro de 2012 e 2011, a rentabilidade real dos ativos dos planos foi de 14,1% e -11,4%, respectivamente, face ao pressuposto atuarial de 4,5%.

As saídas líquidas de fluxos de caixa relacionadas com benefícios de reforma nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 são como se segue:

	euros	
	9M12	9M11
Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos	115.424.613	127.570.339
Contribuições para os fundos de pensões (i)	11.439.890	2.019.360
Pagamentos (reembolsos) relacionados com cuidados de saúde (ii)	(379.327)	677.781
Pagamentos de benefícios relativos a complementos de pensões	844.383	303.751
	127.329.559	130.571.231
Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (iii)	19.731.927	15.515.105
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho	1.453.329	2.559.127
	148.514.815	148.645.463

- (i) No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, esta rubrica inclui contribuições para os planos de pensões das operações em Portugal e da Oi nos montantes de 1,1 milhões de euros e 10,4 milhões de euros, respetivamente.
- (ii) Nos períodos de nove findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica está líquido de reembolsos relacionados com despesas pagas pela PT Comunicações por conta dos fundos nos montantes de 14 milhões de euros e 11 milhões de euros, respetivamente.
- (iii) Esta rubrica corresponde a contribuições para a Segurança Social, relacionadas com o serviço anual de empregados ativos que tinham direito a benefícios de reforma no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.

7. Outros custos (ganhos), líquidos

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 os outros ganhos líquidos ascenderam a 9 milhões de euros, o que compara com custos de 18 milhões de euros no mesmo período do ano anterior. Esta variação de 27 milhões de euros reflete essencialmente um ganho registado no segundo trimestre de 2012 relativo à compensação líquida a receber pela Portugal Telecom por custos suportados em anos anteriores com as obrigações do serviço universal no âmbito do Contrato de Concessão, conforme previsto na Proposta de Lei Nº 60/XII, efeito parcialmente compensado pelo reconhecimento de provisões e ajustamentos não recorrentes para determinados ativos, também registados em 2012.

8. Juros suportados, líquidos

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição (Nota 5):

	euros			
	9M12	9M11	3T12	3T11
Juros suportados				
Relacionados com empréstimos obtidos e instrumentos financeiros	555.212.574	435.859.756	203.383.852	198.931.345
Outros	2.971.012	14.283.296	(6.286.947)	(3.436.663)
Juros obtidos				
Relacionados com caixa, investimentos de curto prazo e instrumentos financeiros	(186.642.693)	(245.350.956)	(63.365.765)	(76.166.299)
Outros	(2.920.546)	(5.366.024)	(1.068.659)	(1.157.954)
	368.620.347	199.426.072	132.662.481	118.170.429

O aumento nos juros suportados líquidos reflete principalmente (1) o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores no primeiro trimestre de 2012, no montante de 66 milhões de euros (Nota 2), cujos resultados foram consolidados proporcionalmente apenas a partir de 1 de abril de 2011, (2) um ganho de 51 milhões de euros reconhecido no primeiro trimestre de 2011 relativamente aos depósitos em Reais Brasileiros que foram utilizados para pagar o investimento estratégico na Oi em 28 de março de 2011, e (3) uma maior contribuição da Oi excluindo o efeito da consolidação proporcional no primeiro trimestre de 2012 (36 milhões de euros), refletindo o impacto do aumento da sua dívida líquida média no período em resultado dos dividendos pagos em maio e agosto de 2012 e dos montantes pagos aos acionistas não controladores em abril de 2012 no âmbito da conclusão da Reorganização Societária do Grupo Oi, efeito que foi parcialmente compensado pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro.

9. Outros custos financeiros, líquidos

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição (Nota 5):

	9M12	9M11	3T12	euros 3T11
Comissões e outros serviços bancários	47.812.662	41.687.077	11.646.473	16.641.508
Perdas (ganhos) com derivados, líquidos	3.844.925	611.258	(173.119)	1.069.024
Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidos	(3.114.428)	24.297.189	3.656.103	358.146
Outros	20.259.415	19.947.533	6.523.463	(998.510)
	68.802.574	86.543.057	21.652.920	17.070.168

A redução nos outros custos financeiros líquidos, os quais incluem perdas cambiais líquidas, perdas líquidas em ativos financeiros e outras despesas financeiras líquidas, reflete essencialmente menores perdas cambiais líquidas nas operações em Portugal, devido ao impacto da desvalorização do Dólar face ao Euro no período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2011 sobre ativos denominados em dólares, em comparação com uma pequena valorização ocorrida no período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012. Adicionalmente, o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores no primeiro trimestre de 2012, no montante de 15 milhões de euros (Nota 2), foi compensado pelos impostos suportados no Brasil durante o primeiro trimestre de 2011 relacionados com a transferência de fundos para o investimento na Oi (14 milhões de euros).

10. Imposto sobre o rendimento

Na sequência de uma alteração na legislação fiscal ocorrida em dezembro de 2011, aplicável para os anos de 2012 e 2013, a Empresa será tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 25%, que será acrescida de (1) uma Derrama Municipal de até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e (2) uma Derrama Estadual de 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1,5 milhões de euros e 10 milhões de euros e de 5,0% aplicável sobre o lucro tributável que exceda 10 milhões de euros, resultando numa taxa máxima agregada de aproximadamente 31,5%, face a uma taxa de 29,0% que era aplicável durante o ano de 2011.

As empresas localizadas no Brasil, nomeadamente a Oi e a Contax que foram consolidadas proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, estão sujeitas a imposto sobre o rendimento à taxa nominal de 34%.

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto é como segue:

	euros			
	9M12	9M11	3T12	3T11
Resultado antes de impostos	376.301.389	528.156.246	120.782.574	174.930.291
Taxa nominal de imposto	31,5%	29,0%	31,5%	29,0%
	118.534.938	153.165.311	38.046.511	50.729.784
Taxas de imposto diferenciadas (i)	(20.696.804)	(8.342.858)	(5.991.871)	(7.830.407)
Incentivos fiscais obtidos pela Oi	(17.377.523)	(9.513.091)	(5.077.597)	(3.433.094)
Diferenças permanentes (ii)	24.580.985	11.337.587	(2.372.964)	5.297.126
Provisões para contingências fiscais relativas a imposto sobre o rendimento	18.704.109	4.897.962	47.047	5.629.753
Excesso de estimativa para impostos de exercícios anteriores	(8.005.249)	(7.673.135)	2.440.201	(2.700.972)
	115.740.456	143.871.776	27.091.327	47.692.190
Imposto sobre o rendimento				
Imposto corrente	176.040.298	168.738.884	59.829.282	88.327.792
Imposto diferido	(60.299.842)	(24.867.108)	(32.737.955)	(40.635.602)
	115.740.456	143.871.776	27.091.327	47.692.190

- (i) Esta rubrica corresponde ao impacto da diferença entre a taxa de imposto aplicável em Portugal e outras taxas de imposto aplicáveis a empresas do Grupo. A variação nesta rubrica reflecte essencialmente (1) o impacto de uma maior diferença entre as menores taxas de imposto aplicáveis a determinadas empresas do Grupo localizadas fora do território Português com lucros fiscais e a nova taxa máxima agregada aplicável em Portugal (31,5%), e (2) menores resultados dos negócios no Brasil, onde são aplicadas taxas de imposto superiores (34%) às praticadas em Portugal.
- (ii) O aumento nesta rubrica é explicado essencialmente por maiores juros obtidos e ganhos em empresas associadas não tributáveis em 2011, basicamente relacionados com o efeito financeiro sobre a conta a receber da Telefonica no âmbito da alienação da Vivo e com o ganho reconhecido no âmbito da alienação do investimento financeiro na UOL, respetivamente.

A redução no imposto sobre o rendimento consolidado, de 144 milhões de euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para 116 milhões de euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, reflecte principalmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012, o qual representa uma redução de imposto no montante de 13 milhões de euros (Nota 2), e o efeito da redução nos resultados antes de impostos dos negócios em Portugal.

Os ativos por impostos diferidos reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira ascenderam a 1.218 milhões de euros em 30 de setembro de 2012 e 1.248 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, e reflectem os seguintes efeitos ocorridos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012: (1) uma redução nos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis das operações em Portugal (30 milhões de euros), em resultado do lucro fiscal apurado no período; e (2) uma redução nos ativos por impostos diferidos relacionados com responsabilidades com benefícios de reforma das operações em Portugal (19 milhões de euros), em resultado essencialmente dos pagamentos e contribuições efetuados durante o ano, e não obstante o aumento de 1 milhão de euros reconhecido diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral correspondente ao efeito fiscal sobre as perdas atuariais líquidas registadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012; efeitos parcialmente compensados por (3) um aumento na Oi (15 milhões de euros) relativo essencialmente a prejuízos fiscais gerados no período.

A redução nos passivos por impostos diferidos reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, de 1.052 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 954 milhões de euros em 30 de setembro de 2012, é explicada essencialmente por uma diminuição na Oi no montante de 98 milhões de euros. Esta redução diz respeito principalmente ao efeito fiscal sobre o reconhecimento em resultados dos ajustamentos para valor de mercado, relativos fundamentalmente a ativos intangíveis, que foram registados no âmbito de processos de alocação do preço de compra, incluindo a aquisição pela Portugal Telecom dos investimentos na Oi e na Contax, finalizada em março de 2011, e outras concentrações empresariais ocorridas em anos anteriores no Grupo Oi.

11. Resultados por ação e dividendos

Os resultados por ação para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 foram calculados como segue:

		9M12	9M11	3T12	3T11	euros
Resultado líquido atribuível a acionistas da Portugal Telecom	(1)	188.888.390	301.487.820	63.655.565	89.442.773	
Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	(2)	22.798.757	22.332.194	7.925.124	7.638.625	
Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por ação diluído	(3)	211.687.147	323.820.014	71.580.689	97.081.398	
Número médio de ações ordinárias em circulação no período (i)	(4)	856.659.594	865.721.857	855.028.595	859.686.636	
Efeito das obrigações convertíveis (ii)		82.472.694	73.163.534	84.175.084	79.787.234	
	(5)	939.132.288	938.885.391	939.203.679	939.473.870	
Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal Telecom						
Básico	(1)/(4)	0,22	0,35	0,07	0,10	
Diluído	(3)/(5)	0,22	0,34	0,07	0,10	

- (i) O número médio de ações em circulação foi calculado considerando as 896.512.500 ações emitidas ajustadas por (1) 20.640.000 ações detidas através de contratos de *equity swap*, e (2) a participação da Portugal Telecom nas suas próprias ações adquiridas pela Telemar Norte Leste em 2011 e 2012, no âmbito da parceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi.
- (ii) A alteração nesta rubrica diz respeito aos ajustamentos ao preço de conversão das obrigações convertíveis em resultado dos dividendos pagos em junho de 2011 e maio de 2012.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 6 de maio de 2011, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 1,30 euros, o qual foi pago em 3 de junho de 2011. Este montante inclui 65 cêntimos por ação correspondentes ao dividendo ordinário relativo ao exercício de 2010 e 65 cêntimos relativos ao dividendo extraordinário de 1,65 euros proposto pela Portugal Telecom no seguimento da venda da Brasilcel, dos quais 1 euro por ação já tinha sido pago em dezembro de 2010. Consequentemente, no segundo trimestre de 2011, a Portugal Telecom pagou um montante total de 1.117.987.321 euros (Nota 15.I) relativamente às ações em circulação.

No Conselho de Administração da Portugal Telecom de 15 de dezembro de 2011, foi aprovado o pagamento aos acionistas de um adiantamento sobre os lucros de 2011 equivalente a um dividendo de 21,5 cêntimos por ação, no montante total de 184.799.868 euros (Nota 15.I), o qual foi reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2011 na rubrica "Outros passivos correntes" (Nota 14), tendo sido pago em 4 de janeiro de 2012.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 27 de abril de 2012, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 65 cêntimos, dos quais 21,5 cêntimos por ação já tinham sido pagos em 4 de janeiro de 2012 como um adiantamento sobre os lucros de 2011, conforme mencionado anteriormente, e os restantes 43,5 cêntimos por ação foram pagos em 25 de maio de 2012, no montante total de 371.937.439 euros (Nota 15.I) relativamente às ações em circulação.

Os montantes acima mencionados, correspondem ao dividendo unitário pago relativamente às 896.512.500 ações emitidas ajustadas por ações próprias reconhecidas na Demonstração da Posição Financeira, as quais incluem 20.640.000 ações detidas através de contratos de *equity swap* e a participação da Portugal Telecom nas suas próprias ações que foram adquiridas pela Telemar Norte Leste em 2011 e 2012.

12. Ativos tangíveis e intangíveis

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos dos ativos tangíveis e intangíveis eram como segue:

	euros	
	30 set 2012	31 dez 2011
Ativos tangíveis	6.003.673.796	6.228.622.568
Ativos intangíveis		
Licenças e outros direitos	3.678.553.118	4.024.985.120
Goodwill	1.404.086.158	1.503.189.189
Outros ativos intangíveis	91.690.844	101.624.608
	5.174.330.120	5.629.798.917
	11.178.003.916	11.858.421.485

As alterações ocorridas no valor contábilístico dos ativos tangíveis e intangíveis durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 são essencialmente explicadas por:

- Custos com amortizações e depreciações de 1.038 milhões de euros;
- Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis no montante total de 890 milhões de euros (Nota 5);
- Aquisição de licenças 4G/LTE pela Oi em junho de 2012 por um montante total de 42 milhões de euros (Nota 5); e
- Ajustamentos de conversão cambial negativos no montante de 556 milhões de euros, relacionados essencialmente com o impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao Euro.

Durante os períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, os custos com amortizações e os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis foram como segue:

	euros			
	9M12	9M11	3T12	3T11
Amortizações				
Ativos tangíveis	723.713.854	686.436.432	243.474.711	259.640.137
Ativos intangíveis	313.972.128	257.632.939	110.774.767	104.989.938
	1.037.685.982	944.069.371	354.249.478	364.630.075
Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis (Nota 5)				
Ativos tangíveis	833.058.930	638.427.287	353.153.982	267.328.718
Ativos intangíveis	57.120.978	65.340.969	14.904.003	18.455.142
	890.179.908	703.768.256	368.057.985	285.783.860

O aumento de 94 milhões de euros nos custos com amortizações no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, em comparação com o período homólogo do ano anterior, reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012, no montante de 161 milhões de euros (Nota 2), parcialmente compensado pelo impacto da contribuição da Dedic/GPTI no primeiro semestre de 2011 (8 milhões de euros), uma vez que a Oi e a Contax foram consolidadas proporcionalmente apenas a partir de 1 de abril de 2011 e incluem a Dedic /GPTI a partir de 1 de julho de 2011. Excluindo o impacto destas alterações no perímetro de consolidação, os custos com amortizações teriam diminuído em 59 milhões de euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, em resultado de menores contribuições: (1) do segmento de telecomunicações em Portugal (9 milhões de euros), fundamentalmente devido à troca dos equipamentos 2G da TMN por equipamentos preparados para a tecnologia 4G/LTE, no seguimento da qual a Portugal Telecom acelerou a amortização dos equipamentos 2G durante o primeiro semestre de 2011 até 30 de junho de 2011; e (2) da Oi (61 milhões de euros), incluindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (29 milhões de euros).

Em 30 de setembro de 2012, excluindo o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax, o Grupo tinha assumido compromissos de compra de ativos fixos e existências nos montantes de 48 milhões de euros e 10 milhões de euros, respetivamente.

13. Dívida

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a dívida bruta da Portugal Telecom ascendia, respetivamente, a 11.251.965.955 euros e 12.280.958.636 euros e tinha a seguinte composição:

	30 set 2012		31 dez 2011	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos por obrigações convertíveis	-	730.504.557	-	723.363.242
Empréstimos por obrigações não convertíveis	1.080.811.326	5.029.662.035	1.562.012.437	5.307.954.540
Empréstimos bancários				
Empréstimos externos	366.597.999	2.629.271.854	563.455.908	2.808.877.947
Empréstimos internos	2.393.857	110.113.511	355.699	-
Passivo relativo a equity swaps sobre ações próprias	93.767.519	-	93.767.521	-
Papel comercial	595.750.000	-	554.000.000	-
Locação financeira	26.186.374	26.642.546	26.979.404	35.609.152
Instrumentos financeiros derivados	(37.852.215)	(1.822.258)	(2.206.840)	(4.185.879)
Outros financiamentos	497.608.224	102.330.626	493.194.176	117.781.329
	2.625.263.084	8.626.702.871	3.291.558.305	8.989.400.331

A diminuição de 1.029 milhões de euros na dívida bruta durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 está relacionada essencialmente com os seguintes efeitos:

- O reembolso do *Eurobond* de 1.300 milhões de euros emitido pela PT Finance em março de 2005;
- A emissão de Obrigações no montante de 400 milhões de euros pela Portugal Telecom em julho de 2012, através de uma Oferta Pública de Subscrição de Obrigações ("OPS"), no mercado português, destinada ao público em geral, no âmbito do Euro Medium Term Note Programme ("EMTN") de 7.500.000.000 euros. Estas obrigações têm uma maturidade de quatro anos e vencem juros a uma taxa fixa de 6,25% ao ano, pagos semestralmente; e
- Uma redução de 188 milhões de euros na dívida bruta da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores, de 3.882 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 3.694 milhões de euros em 30 de setembro de 2012, refletindo essencialmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (317 milhões de euros). Utilizando uma taxa de câmbio constante, a dívida bruta da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores teria aumentado 129 milhões de euros, refletindo essencialmente: (1) *senior notes* no montante de 1.500 milhões de Dólares Americanos emitidas pela Oi, S.A. em fevereiro de 2012, equivalentes a 2.589 milhões de Reais Brasileiros (270 milhões de euros consolidados proporcionalmente), as quais têm maturidade em fevereiro de 2022; (2) debentures no montante de 2.000 milhões de Reais Brasileiros emitidas pela Oi, S.A. em março de 2012 (209 milhões de euros consolidados proporcionalmente), incluindo 400 milhões de Reais Brasileiros com uma maturidade de 5 anos e a vencer juros à taxa do CDI mais um *spread* de 0,94% e 1.600 milhões de Reais Brasileiros com uma maturidade média de 7,5 anos e a vencer juros à taxa do IPCA mais um *spread* de 6,20%; (3) o reembolso de debentures no montante de 1.500 milhões de Reais Brasileiros emitidas pela TNL em maio de 2011 (156 milhões de euros consolidados proporcionalmente); e (4) o reembolso de debentures no montante de 720 milhões de reais emitidas pela Brasil Telecom em junho de 2006 (75 milhões de euros consolidados proporcionalmente); e (5) reembolsos de diversos outros financiamentos celebrados em anos anteriores pelo Grupo Oi, de acordo com os planos de reembolso definidos.

Em junho de 2012, a Portugal Telecom concluiu a renegociação da sua maior *credit facility*, alargando a sua maturidade de março de 2014 para junho de 2016, tendo o montante da mesma sido alterado de 1.200 milhões de euros para 800 milhões de euros.

Com exceção do acima referido, durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, a Portugal Telecom (a) não emitiu novos empréstimos obrigacionistas ou obrigações convertíveis, (b) não amortizou os que se encontravam em dívida em 31 de dezembro de 2011 e (c) não contratou novas linhas de crédito nem emitiu obrigações de taxa variável de montante significativo. Adicionalmente, os reembolsos da dívida foram efetuados em linha com a maturidade divulgada no último relatório anual.

Excluindo o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores, a posição de liquidez, incluindo montantes não utilizados no âmbito de programas de papel comercial com tomada firme e linhas de crédito acrescidos das disponibilidades, totalizou um montante de 3.207 milhões de euros.

Em 10 de outubro de 2012, a PT Finance emitiu uma *Eurobond* no montante de 750 milhões de euros com uma maturidade de 5,5 anos e uma taxa de cupão de 5,875%.

No seguimento da revisão do *rating* de crédito soberano de Portugal para BB, a Standard & Poors anunciou a revisão do *rating* de crédito atribuído à Portugal Telecom, diminuindo o *rating* de longo prazo de BBB- para BB+, com *outlook* negativo, e o *rating* de curto prazo de A-3 para B. Em 13 de abril de 2012, a Moody's reviu o *rating* de crédito atribuído à Portugal Telecom, diminuindo o *rating* de longo prazo de Ba1 para Ba2, com *outlook* negativo.

14. Outros passivos correntes e não correntes

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as rubricas de passivos correntes e não correntes ascendiam a 339 milhões de euros e 761 milhões de euros, respetivamente, representando uma redução de 422 milhões de euros explicada essencialmente por: (1) o pagamento, em janeiro de 2012, do dividendo intercalar aprovado em dezembro de 2011, no montante de 185 milhões de euros (Nota 11); (2) o cancelamento antecipado das transações de QTE que se encontravam em aberto em 31 de dezembro de 2011, em resultado do qual a Portugal Telecom não incorreu em custos significativos e o total das rubricas de outros ativos e passivos correntes e não correntes foram ambas reduzidas em 133 milhões de euros; e (3) o montante pago pela Oi aos antigos acionistas da Bratel Telecom, em abril de 2012, no âmbito do processo de simplificação societária (Nota 1), o qual estava registado como uma conta a pagar em 31 de dezembro de 2011 (86 milhões de euros).

15. Demonstração dos fluxos de caixa

- (a) **Fluxos de caixa das atividades operacionais** - No seguimento da aquisição dos investimentos na Oi e na Contax, concluída em 28 de março de 2011, a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente os fluxos de caixa destas entidades controladas conjuntamente apenas a partir de 1 de abril de 2011, o que explica os aumentos nos recebimentos de clientes, nos pagamentos a fornecedores e a empregados e nos pagamentos de impostos indiretos.
- (b) **Pagamentos relacionados com imposto sobre o rendimento** – Os pagamentos relacionados com impostos sobre o rendimento ascenderam a 134 milhões de euros e 119 milhões de euros nos períodos de nove meses findos a 30 de setembro de 2012 e 2011, respetivamente, refletindo essencialmente os seguintes efeitos: (1) impostos retidos na fonte pagos pela Bratel Brasil e pela PT Móveis no primeiro trimestre de 2011 (20 milhões de euros), em resultado dos juros obtidos com as aplicações financeiras realizadas com os fundos recebidos pela alienação da Vivo; (2) menores pagamentos nas operações em Portugal, refletindo essencialmente um recebimento no primeiro trimestre de 2012 relativo a um benefício fiscal; e (3) uma maior contribuição da Oi e da Contax (40 milhões de euros) refletindo essencialmente o impacto da consolidação proporcional no primeiro trimestre de 2012 (24 milhões de euros).
- (c) **Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros** - Esta rubrica inclui essencialmente pagamentos relacionados com despesas registadas na Demonstração Consolidada de Resultados na rubrica "Impostos indiretos", e ainda pagamentos de Imposto sobre o Valor Acrescentado em Portugal e ICMS no Brasil. O aumento nesta rubrica de 395 milhões de euros reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012 (439 milhões de euros), parcialmente compensado pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro.

- (d) **Aplicações financeiras de curto prazo** - Estas rubricas incluem essencialmente pagamentos em numerário decorrentes de novas aplicações de tesouraria de curto prazo e recebimentos de aplicações de tesouraria de curto prazo vencidas. Os pagamentos líquidos ascenderam a 142.305.283 euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, em comparação com pagamentos líquidos de 129.643.108 euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011.
- (e) **Recebimentos relativos a investimentos financeiros** – No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, esta rubrica inclui essencialmente o montante de 155,5 milhões de euros recebido no âmbito da alienação do investimento na UOL (Nota 5).
- (f) **Recebimentos (pagamentos) respeitantes a juros e proveitos (custos) similares** – Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, os pagamentos respeitantes a juros suportados e custos similares líquidos dos recebimentos provenientes de juros obtidos e proveitos similares ascenderam a 388.139.208 euros e 185.587.590 euros, respetivamente. Este aumento está relacionado essencialmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012 e com os juros recebidos durante o primeiro trimestre de 2011 sobre as aplicações financeiras constituídas com os fundos provenientes da alienação do investimento na Vivo.
- (g) **Recebimentos de dividendos** – Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, os recebimentos provenientes de dividendos são como segue:

	euros	
	9M12	9M11
CTM	24.503.286	19.924.726
Unitel	31.550.246	125.865.835
Outras	1.325.554	1.159.322
	57.379.086	146.949.883

- (h) **Recebimentos provenientes de outras atividades de investimento** – No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, esta rubrica está relacionada essencialmente com o reembolso no terceiro trimestre de 2011 de empréstimos concedidos à Dedic anteriormente à sua integração na Contax, no montante de 39 milhões de euros.
- (i) **Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros** – Esta rubrica respeita essencialmente à aquisição dos investimentos na Oi e na Contax concluída em 28 de março de 2011 e à aquisição de 100% do grupo Allus Global BPO Center (*Business Process Outsourcing*) pela Contax concluída em abril de 2011. O detalhe desta rubrica nos períodos de nove meses findos a 30 de setembro de 2012 e 2011 é conforme segue:

	euros	
	9M12	9M11
Aquisição dos investimentos na Oi e na Contax		
Preço de aquisição	-	3.727.568.622
Caixa e equivalentes na data de aquisição	-	(1.503.868.462)
Aquisição dos investimentos na Allus		
Preço de aquisição	-	43.744.918
Caixa e equivalentes na data de aquisição	-	(1.891.216)
Outras	106.381	1.665.721
	106.381	2.267.219.583

No âmbito da aquisição dos investimentos na Oi e na Contax, a Portugal Telecom pagou impostos pela transferência de fundos para o Brasil e *fees* legais relacionados com a conclusão da transação, os quais foram incluídos na rubrica “**Pagamentos relativos a outras atividades de investimento**”.

(j) Pagamentos respeitantes à aquisição de ativos tangíveis e intangíveis – O aumento de 289 milhões de euros nesta rubrica reflete essencialmente (1) o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012 (146 milhões de euros), (2) um pagamento à Anacom no âmbito da licença 4G/LTE adquirida pela TMN em dezembro de 2011, e (3) um aumento nos pagamentos efetuados pelas operações em Portugal relativos à aquisição de ativos tangíveis.

(k) Empréstimos - Estas rubricas incluem essencialmente a renovação regular de papel comercial e outros empréstimos bancários.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, os reembolsos de empréstimos obtidos, líquidos dos recebimentos de novos empréstimos obtidos, ascenderam a 844.331.623 euros e, conforme explicado na Nota 13, refletem essencialmente (1) o reembolso do *Eurobond* de 1.300 milhões de euros emitido pela PT Finance em março de 2005, (2) o reembolso de debentures no montante de 1.500 milhões de Reais Brasileiros emitidas pela TNL em maio de 2011 (156 milhões de euros consolidados proporcionalmente), e (3) reembolsos de diversos outros financiamentos celebrados em anos anteriores pelo Grupo Oi, de acordo com os planos de reembolso estabelecidos. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelas obrigações de 400 milhões de euros emitidas pela Portugal Telecom em julho de 2012 e por *senior notes* (1.500 milhões de dólares) e debentures (2.000 milhões de Reais Brasileiros) emitidos pela Oi, S.A. no montante total de 479 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração dos Fluxos de caixa da Portugal Telecom.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, os recebimentos de novos empréstimos obtidos, líquidos dos reembolsos de empréstimos obtidos, ascenderam a 1.720.297.730 euros e respeitam essencialmente: (1) ao *Eurobond* de 600 milhões de euros emitido em janeiro de 2011; (2) ao aumento do montante em dívida no âmbito dos programas de papel comercial (482 milhões de euros); e (3) ao montante de 750 milhões de euros utilizado no âmbito da nova *credit facility* que tinha sido assegurada em março de 2011.

(l) Dividendos pagos – Os dividendos pagos durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 têm a seguinte composição:

	9M12	9M11
Portugal Telecom (Nota 11) (i)	556.737.307	1.117.987.321
Oi e Contax (ii)	42.929.114	40.851.226
MTC	11.011.524	10.144.751
Cabo Verde Telecom	9.339.986	14.107.364
Timor Telecom	8.577.999	3.788.462
Outras	1.688.516	2.309.645
	630.284.446	1.189.188.769

(i) No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, esta rubrica inclui (1) o dividendo intercalar pago pela Portugal Telecom aos seus acionistas em 4 de janeiro de 2012, no montante total de 184.799.868 euros (Nota 11), correspondente a 21,5 cêntimos por ação, e (2) os dividendos pagos em 25 de maio de 2012, no montante total de 371.937.439 (Nota 11), correspondentes a um dividendo de 43,5 cêntimos por ação.

(ii) Os dividendos pagos pela Oi e pela Contax incluídos nesta rubrica correspondem essencialmente à diferença entre a consolidação proporcional dos dividendos pagos por estas entidades e a consolidação dos montantes recebidos pelos seus acionistas controladores, nomeadamente a Telemar Participações, AG Telecom Participações, LF-Tel, Bratel Brasil e PT Brasil.

(m) Aquisição de ações próprias – Esta rubrica corresponde aos montantes totais pagos pela Oi durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011 pela aquisição de ações da Portugal Telecom, no âmbito da parceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e o Grupo Oi. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, a Oi adquiriu um

total de 25,1 milhões de ações da Portugal Telecom por um montante total de 100 milhões de euros, dos quais 23.198.433 euros foram consolidados proporcionalmente na Demonstração dos Fluxos de Caixa da Portugal Telecom como aquisição de ações próprias. Em resultado da aquisição destas 25,1 milhões de ações, a Oi detém atualmente 10,0% das ações emitidas da Portugal Telecom, conforme previsto na parceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi.

- (n) **Pagamentos resultantes de outras atividades de financiamento** - Esta rubrica inclui essencialmente (1) pagamentos respeitantes à liquidação de derivados de taxa de câmbio pela Oi (9 milhões de euros e 41 milhões de euros nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, respetivamente), (2) pagamentos a acionistas não controladores da Africatel relativos a reduções de capital realizadas por esta empresa (13 milhões de euros e 6 milhões de euros nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, respetivamente), e (3) um montante total de 293 milhões de euros pago pela Oi em abril de 2012 no âmbito da conclusão da Reorganização Societária do Grupo Oi, incluindo 2.000 milhões de Reais Brasileiros (Nota 1) pagos em relação ao exercício dos direitos de recesso e 762 milhões de Reais Brasileiros (Nota 1) pagos aos anteriores acionistas da Brasil Telecom relativamente à bonificação de ações resgatáveis.

16. Partes relacionadas

a) Empresas associadas e controladas conjuntamente

Os saldos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e as transações ocorridas durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 entre a Portugal Telecom e as empresas associadas e controladas conjuntamente são como segue:

Empresa	euros					
	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos concedidos	
	30 set 2012	31 dez 2011	30 set 2012	31 dez 2011	30 set 2012	31 dez 2011
Oi	4.987.540	2.091.400	-	-	-	-
Outras empresas internacionais:						
Unitel (i)	107.265.989	134.700.312	9.712.528	7.782.994	-	-
Multitel	7.235.405	6.572.238	206.701	56.493	955.751	899.967
CTM	162.650	267.296	26.089	126.389	-	-
Other	939.175	927.814	206.721	26.760	-	-
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas	3.546.053	4.117.229	8.144.184	11.012.396	-	-
PT-ACS	2.906.662	4.606.221	2.836.797	2.217.668	-	-
Fundação PT	1.546.521	263.520	14.800	21	-	-
Sportinveste Multimédia	75.048	63.327	270.756	535.574	32.618.668	32.618.668
Yunit	63.594	-	192.798	-	2.228.328	2.228.328
Siresp	19.168	8.412	-	-	1.513.090	4.423.980
Outras	74.414	149.741	576.344	521.316	273.525	1.105.346
	128.822.219	153.767.510	22.187.718	22.279.611	37.589.362	41.276.289

(i) As contas a receber da Unitel em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro 2011 respeitam essencialmente a dividendos atribuídos por esta empresa associada.

Empresa	euros					
	Custos		Receitas		Juros cobrados	
	9M12	9M11	9M12	9M11	9M12	9M11
Oi (i)	2.437.205	1.507.672	89.818.469	50.306.638	-	510.269
Outras empresas internacionais:						
Unitel	4.836.933	7.855.556	9.425.948	9.660.445	-	-
Multitel	249.374	138.527	1.921.523	1.193.502	-	-
CTM	43.568	60.378	176.106	177.613	-	-
Other	168.065	212.021	54.116	117.404	-	-
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas (ii)	21.210.140	28.330.551	1.641.770	1.712.506	414	-
PT-ACS	5.974.391	4.140.845	1.815.883	2.197.840	-	-
Sportinveste Multimédia	593.886	699.714	130.596	228.813	43.329	63.428
Yunit	148.836	-	103.880	-	33.692	-
Siresp	24.200	-	10.723.369	11.441.945	88.571	97.076
Outras	368.691	1.883.942	3.024.914	2.829.119	-	-
	36.055.289	44.829.206	118.836.574	79.865.825	166.006	670.773

(i) Esta rubrica refere-se essencialmente a transações celebradas entre a Contax e a Oi e corresponde aos montantes decorrentes da diferença entre as percentagens de consolidação da Contax (44,4%) e da Oi (25,6%), a qual não é eliminada no processo de consolidação. O aumento está relacionado essencialmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax no primeiro trimestre de 2012.

(ii) A redução nos custos com as Páginas Amarelas está relacionada basicamente com o declínio no negócio das listas telefónicas.

Os termos dos acordos comerciais celebrados com as empresas supra mencionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais incluem essencialmente:

- Custos suportados pela PT Comunicações relacionados com os serviços prestados pela empresa Páginas Amarelas no âmbito do contrato existente entre estas duas empresas, ao abrigo do qual a empresa Páginas Amarelas é responsável por produzir, publicar e distribuir as listas telefónicas da PT Comunicações, e também por vender espaço publicitário nas listas telefónicas;
- Empréstimos concedidos à Sportinveste Multimédia no âmbito do acordo de acionistas desta participada, de modo a financiar a sua atividade;
- Acordos de *roaming* celebrados com a Unitel; e
- Serviços de *call centre* prestados pela Contax à Oi.

b) Acionistas

Alguns dos principais acionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras com as quais são estabelecidos acordos comerciais no curso normal da atividade, incluindo depósitos bancários e investimentos de curto prazo efetuados pela Empresa nessas instituições financeiras, bem como a prestação de serviços de telecomunicações pela Empresa a essas entidades. Adicionalmente, a Visabeira (empresa que presta serviços ao negócio de rede fixa) e a Controlinveste (empresa de media) também são acionistas da Portugal Telecom. As transações ocorridas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e os saldos em 30 de setembro de 2012 com os principais acionistas da Portugal Telecom são como segue (incluindo IVA):

Empresa	euros			
	Receitas e ganhos (i)	Custos e perdas (i)	Contas a receber	Contas a pagar
Caixa Geral de Depósitos	20.022.745	9.021.352	3.780.029	459.449
BES	70.108.183	22.450.465	1.838.107	-
Visabeira	6.719.569	80.518.102	11.373.233	6.434.576
Controlinveste	1.555.374	38.282.915	602.623	7.764.874
Ongoing	496.864	2.866.594	284.809	1.409.526
Barclays	566.528	9.277.622	46.739	-
	99.469.263	162.417.051	17.925.540	16.068.425

(i) As receitas e ganhos incluem vendas e serviços prestados pela Portugal Telecom e juros recebidos sobre depósitos bancários, enquanto os custos e perdas incluem fornecimentos e serviços externos prestados à Portugal Telecom e juros pagos em contratos de financiamento e de *equity swaps*.

Os termos e condições dos acordos comerciais celebrados entre a Portugal Telecom e os seus acionistas são similares aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte das instituições financeiras mencionadas acima.

Os fundos de pensões e cuidados de saúde em Portugal, os quais foram constituídos para cobrir as responsabilidades com benefícios de reforma (Nota 6), são geridos de acordo com uma política de investimentos definida pela Portugal Telecom. As carteiras de ativos dos fundos incluem ações, obrigações e outros investimentos dos nossos acionistas. Em 30 de setembro de 2012, a exposição total desses investimentos ao BES, Ongoing e Portugal Telecom ascendia a 48 milhões de euros, 104 milhões de euros e 62 milhões de euros, respetivamente.

c) Outros

Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, as remunerações fixas dos administradores, as quais foram estabelecidas pela Comissão de Vencimentos, ascenderam a 4,08 milhões de euros e 3,72 milhões de euros, respetivamente, um aumento explicado essencialmente pela alteração na composição da Comissão Executiva de 5 para 7 membros em abril de 2011.

Nos termos da política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os administradores executivos têm direito a auferir (i) uma remuneração variável anual ("RVA") relacionada com a sua performance no ano, a qual é paga no ano seguinte, com exceção da parcela excedente a 50% da remuneração variável total atribuída no ano, cujo pagamento é diferido por um período de 3 anos, e (ii) uma remuneração variável associada ao desempenho de médio prazo ("RVMP"), cujo pagamento é diferido por um período de 3 anos. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, a remuneração variável anual referente ao exercício de 2011 paga aos sete administradores executivos ascendeu a 2,44 milhões de euros, o que compara com 2,34 milhões de euros referentes à remuneração variável anual referente ao exercício de 2010 paga aos cinco administradores executivos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011. Adicionalmente, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e nos termos de deliberação da Comissão de Vencimentos, a Portugal Telecom pagou um montante total de 1,94 milhões de euros aos administradores executivos relativo à RVPM de 2009, cujo pagamento havia sido diferido nesse ano, tendo ainda pago um montante de 0,65 milhões de euros ao Presidente do Conselho de Administração a título de prémio pelo desempenho alcançado no mandato de 3 anos concluído em 2011. Anualmente, a Portugal Telecom especializa o custo correspondente aos encargos relativos a estas remunerações variáveis.

Adicionalmente, no âmbito da parceria estratégica celebrada com a Oi e a Contax, seis dos administradores da Portugal Telecom desempenham funções executivas nestas empresas (entidades controladas conjuntamente pela Empresa), tendo recebido no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 uma compensação fixa total no montante de 1,61 milhões de Reais Brasileiros (0,66 milhões de euros), a qual foi estabelecida pelos órgãos empresariais competentes para o efeito, de acordo com a legislação local.

Em complemento da política de remuneração acima referidas, os administradores executivos têm direito a um conjunto de benefícios que são utilizados essencialmente no exercício das suas funções diárias, em linha com uma política transversal ao Grupo Portugal Telecom. Em 30 de setembro de 2012, não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em ações nem qualquer programa de compensação por término de serviço.

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, as remunerações fixas dos dirigentes do Grupo Portugal Telecom ascenderam a 4,0 milhões de euros (26 dirigentes) e 4,1 milhões de euros (29 dirigentes), respetivamente. As remunerações variáveis pagas aos dirigentes da Empresa nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 ascenderam a 2,5 milhões de euros e 3,6 milhões de euros, respetivamente.

17. Eventos subsequentes

Em 10 de outubro de 2012, a PT Finance emitiu uma Eurobond no montante de 750 milhões de euros com uma maturidade de 5,5 anos e uma taxa de cupão de 5,875%.

Anexos

Destaques financeiros consolidados ⁽¹⁾	Milhões de euros		
	9M12	9M11	Δ11/12
Receitas operacionais	4.983,9	4.415,8	12,9%
Custos operacionais ⁽²⁾	3.255,1	2.761,8	17,9%
EBITDA ⁽³⁾	1.728,8	1.654,0	4,5%
Resultado operacional ⁽⁴⁾	648,4	669,3	(3,1%)
Resultado líquido	188,9	301,5	(37,3%)
Capex	890,2	703,8	26,5%
Capex em % das receitas operacionais (%)	17,9	15,9	1,9pp
EBITDA menos Capex	838,6	950,3	(11,7%)
Cash flow operacional	616,5	893,8	(31,0%)
Free cash flow ⁽⁵⁾	(263,7)	497,7	n.s.
Dívida líquida ajustada ⁽⁶⁾	7.538,5	6.314,5	19,4%
Dívida líquida ajustada exc. Oi e Contax ⁽⁶⁾	4.590,5	4.150,5	10,6%
Resp. não fin. com benef. de reforma líq. de impostos	615,7	658,4	(6,5%)
Margem EBITDA (%) ⁽⁷⁾	34,7	37,5	(2,8pp)
Dívida líquida ajustada / EBITDA (x) ⁽⁶⁾	3,3	2,5	0,8x
Resultado líquido por ação	0,22	0,35	(38,1%)
Resultado líquido por ação diluído ⁽⁸⁾	0,22	0,34	(37,5%)

(1) No seguimento do investimento estratégico na Oi e na Contax em 28 de março de 2011, a PT consolidou proporcionalmente os resultados e cash flows desses investimentos a partir de 1 abril de 2011. (2) Custos operacionais = despesas com pessoal + custos diretos + custos comerciais + outros custos operacionais. (3) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (4) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos. (5) Esta rubrica exclui o pagamento relativo à aquisição dos investimentos na Oi e na Contax (3.728 milhões de euros no 1T11). (6) A dívida líquida encontra-se ajustada pelo efeito fiscal relativo à transferência dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português, incluindo 113 milhões de euros relacionados com a contribuição de 2011, registados como prejuízo fiscal reportável. Em 30 de setembro de 2012, a dívida líquida foi ajustada pelo montante de 2 mil milhões de euros a receber da Telefónica no âmbito da transação da Vivo, no valor, recebido em outubro de 2011. (7) Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais. (8) O resultado líquido por ação diluído considera o lucro líquido excluindo os custos relativos as obrigações convertíveis, dividido pelo número de ações diluídas.

Anexos

Dados operacionais • Portugal

	9M12	9M11	Δ11/12
Acessos fixos de retalho ('000)	5.007	4.709	6,3%
PSTN/RDIS	2.610	2.662	(2,0%)
Clientes de banda larga	1.200	1.072	11,9%
Clientes de TV	1.198	974	22,9%
Clientes móveis ('000)	7.386	7.354	0,4%
Póspagos	2.463	2.341	5,2%
Prépagos	4.922	5.013	(1,8%)
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	212	182	16,3%
PSTN/RDIS	(38)	(33)	(14,5%)
Clientes de banda larga	94	71	32,9%
Clientes de TV	156	145	7,7%
Clientes móveis ('000)	(58)	(65)	10,8%
Póspagos	86	51	69,0%
Prépagos	(144)	(116)	(24,2%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	32,1	27,7	4,4pp

Dados operacionais • Segmento Residencial

	9M12	9M11	Δ11/12
Acessos fixos de retalho ('000)	3.791	3.460	9,6%
PSTN/RDIS	1.683	1.671	0,7%
Clientes de banda larga	994	880	13,1%
Clientes de TV	1.114	909	22,5%
Clientes únicos	1.878	1.862	0,9%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	234	203	15,2%
PSTN/RDIS	9	(2)	n.s.
Clientes de banda larga	84	70	18,8%
Clientes de TV	141	135	4,9%
ARPU (euros)	31,7	30,7	3,0%
Receitas não-voz em % das receitas (%)	63,1	57,8	5,3pp

Anexos

Dados operacionais • Segmento Pessoal

	9M12	9M11	Δ11/12
Clientes móveis ('000)	5.806	5.872	(1,1%)
Póspagos	1.082	1.054	2,7%
Prépagos	4.724	4.819	(2,0%)
Adições líquidas ('000)	(126)	(91)	(39,1%)
Póspagos	19	32	(42,8%)
Prépagos	(145)	(123)	(17,6%)
MOU (minutos)	94	88	6,7%
ARPU (euros)	8,8	9,8	(10,0%)
Cliente	8,1	8,8	(8,3%)
Interligação	0,7	1,0	(25,8%)
SARC (euros)	28,7	27,2	5,5%
Dados em % das receitas de serviço (%)	32,9	30,9	2,0pp

Dados operacionais • Segmento Empresas

	9M12	9M11	Δ11/12
Acessos fixos de retalho ('000)	1.024	1.096	(6,6%)
PSTN/RDIS	738	841	(12,3%)
Clientes de banda larga	203	191	6,5%
Clientes de TV	82	64	29,6%
RGU de retalho por acesso	1,39	1,30	6,5%
Clientes móveis ('000)	1.516	1.416	7,1%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	(63)	(21)	(202,9%)
PSTN/RDIS	(88)	(31)	(182,8%)
Clientes de banda larga	10	0	n.s.
Clientes de TV	14	10	45,7%
Clientes móveis ('000)	71	26	173,6%
ARPU (euros)	23,9	26,3	(8,8%)
Receitas não-voz em % das receitas (%)	49,0	46,1	2,9pp

Glossário

ARPU	Average Revenue per User. Receita média por cliente. Média mensal das receitas de serviço por número médio de utilizadores no período, incluindo receitas de interligação e de roaming-out.
Capex	Capital expenditure. Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo.
Cash flow	A diferença entre os cash inflows e os cash outflows num determinado período.
Curtailement costs	Custos decorrentes do programa de redução de efectivos.
Resultados líquidos por acção diluídos	Resultados líquidos por acção calculado considerando o resultado líquido excluindo os custos relativos às obrigações convertíveis, dividido pelo número de acções diluídas.
EBITDA	Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation. Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações+ custos com benefícios de reforma.
Empresas	Segmento operacional que inclui todas as grandes, pequenas e médias empresas que subscrevem produtos e serviços da rede fixa e da rede móvel. Os valores não incluem eliminações intragrupo.
Margem EBITDA	Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.
Free cash flow	Free cash flow = cash flow operacional+/- aquisições/ventas de investimentos financeiros +/- juros líquidos pagos - pagamentos relativos a responsabilidades de benefícios de reforma - pagamentos relativos a imposto sobre o rendimento +/- dividendos pagos/recebidos +/- outros movimentos de caixa.
FTTH	Fibre-to-the-home. Rede de fibra óptica. Rede de nova geração que permite levar fibra óptica até às instalações do cliente.
GSM	Global System for Mobile. Rede de rádio digital, internacionalmente estandardizada, que permite a transmissão de voz e de dados.
HDTV	High Definition Television. Transmissão do sinal de televisão com uma resolução superior à dos formatos tradicionais.
IAS/IFRS	International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards. Normas Internacionais de Contabilidade / International Financial Reporting Standards. Novo normativo contabilístico promovido pelo International Accounting Standards Board. Foi adoptado a partir de 1 de janeiro de 2005.
Resultado operacional	Resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos

Glossário

	(ganhos) líquidos.
IP	Internet Protocol. Standard que especifica o formato exacto dos pacotes de dados transmitidos através da rede Internet.
IPTV	Internet Protocol Television. Serviço de televisão digital disponibilizado na linha telefónica, através de uma conexão de banda larga.
RDIS	Rede Digital com Integração de Serviços. Rede de telecomunicações digital que permite a transmissão em simultâneo de voz e de dados sobre um acesso fixo.
ISP	Internet Service Provider. Empresa que fornece o acesso à Internet.
MMS	Multimedia Message Service. Tecnologia que permite a transmissão de dados nos telemóveis, nomeadamente textos, toques, imagens, fotos e vídeo.
MOU	Minutes of Usage. Média mensal em minutos de tráfego de saída e de entrada por número médio de utilizadores no período. O MOU dos segmentos não inclui minutos de interligação.
Dívida líquida	Dívida líquida = Dívida de curto prazo + dívida de médio e longo prazo – Disponibilidades e títulos negociáveis.
NGAN	Next generation access network. Rede de alta velocidade capaz de transportar eficientemente uma variedade de serviços, incluindo voz, dados, vídeo e multimédia.
Cash flow operacional	Cash flow operacional = EBITDA - capex +/- alteração do fundo de maneo +/- provisões não monetárias.
PRB	Post Retirement Benefits Costs. Custos com Benefícios de Reforma.
PSTN	Public Switched Telephone Network. Sistema de telefone tradicional instalado sobre linhas de cobre.
RGU de retalho por acesso	Acessos de retalho por acesso por acessos PSTN/RDIS.
SARC	Subscriber Acquisition and Retention Cost. Custos com aquisição e retenção de clientes. $SARC = (70\% \text{ dos custos de marketing e publicidade} + \text{comissões} + \text{subsídios}) / (\text{adições brutas} + \text{upgrades})$.
Serviços cloud	Serviços com modelo de prestação alternativo para disponibilização de recursos virtualizados de TI/SI, acedidos centralmente por via de uma rede, em modelo as a service, e com pagamento por utilização (pay as you use), tendo como âmbito de oferta infra-estrutura (IaaS), software (SaaS) e plataformas (PaaS), e crescentemente outro tipo de ofertas e.g. Comunicação (CaaS) e Segurança.

Glossário

SMS	Short Message Service. Serviço de mensagens curtas de texto para telemóveis, que permite o envio e recebimento de mensagens alfanuméricas.
Oferta Triple-play	Oferta integrada de serviços de voz, televisão e Internet.
Pessoal	Segmento de cliente que inclui todos os clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede móvel, numa base individual. Os valores não incluem eliminações intragrupo.
Planos Tribais	Tarifa plana pré-paga com tráfego ilimitado entre subscritores com o mesmo plano tarifário.
Receitas não voz como % das receitas	Percentagem das receitas de serviço de retalho relacionadas com serviços de dados, vídeo e outros serviços que não voz.
Residencial	Segmento de cliente que inclui todos os clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede fixa em casa, numa base individual. Os valores não incluem eliminações intragrupo.
VoD	Video-on-demand. Sistema que permite aos utilizadores a selecção e o visionamento de vídeos.
Wholesale, outros e eliminações	Segmento de cliente que inclui o negócio de wholesale para a rede fixa e rede móvel, os outros negócios (ex: listas telefónicas) e todas as eliminações intragrupo relacionadas com os negócios de telecomunicações em Portugal.
3G	3Generation. Terceira geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (UMTS, W-CDMA e EDGE), as quais integram serviços de multimédia, permitindo a transmissão de dados a uma velocidade superior à tecnologia GSM.
4G	4Generation. Quarta geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (LTE/LTE Advanced) com grande eficiência de espectro, elevados débitos de pico, baixa latência e flexibilidade de frequências, o que permite melhores serviços de banda larga e multimédia.